Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 10

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 15

Demonstração do Resultado 17

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 20

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Relatório da Administração 23

Notas Explicativas 46

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 138

Proposta de Orçamento de Capital 139

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 140

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 142

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 143

Índice

Motivos de Reapresentação 144

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	105.793.418
Preferenciais	0
Total	105.793.418
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.980.800
Preferenciais	0
Total	1.980.800

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	03/03/2011	Dividendo	04/04/2011	Ordinária		0,06348

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.414.347	2.052.676	1.960.615
1.01	Ativo Circulante	1.065.125	1.154.932	1.138.110
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.956	128.174	125.097
1.01.02	Aplicações Financeiras	290.003	269.382	316.882
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	290.003	269.382	316.882
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	290.003	269.382	316.882
1.01.03	Contas a Receber	46.594	184.803	205.408
1.01.03.01	Clientes	46.594	184.803	205.408
1.01.04	Estoques	137.687	177.439	200.433
1.01.05	Ativos Biológicos	69.807	82.914	86.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	317.387	295.323	194.071
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	317.387	295.323	194.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.691	16.897	9.953
1.01.08.03	Outros	62.691	16.897	9.953
1.01.08.03.02	Créditos Diversos	62.691	16.897	9.953
1.02	Ativo Não Circulante	1.349.222	897.744	822.505
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	367.408	157.468	182.373
1.02.01.06	Tributos Diferidos	62.552	3.445	3.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.552	3.445	3.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	181.091	102.380	77.754
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	157.042	82.737	69.602
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	140	0	3.794
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	23.909	19.643	4.358
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	123.765	51.643	100.648
1.02.01.09.03	Tributos Correntes a Recuperar	98.885	33.614	94.462
1.02.01.09.04	Créditos Diversos	11.529	8.560	2.862
1.02.01.09.05	Depositos Judiciais	13.351	9.469	3.324
1.02.02	Investimentos	232.488	96.737	84.837
1.02.02.01	Participações Societárias	232.488	96.737	84.837

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	226.599	84.536	78.023
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	5.889	12.201	6.814
1.02.03	Imobilizado	748.473	642.655	554.663
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	634.392	514.512	312.377
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	114.081	128.143	242.286
1.02.04	Intangível	853	884	632
1.02.04.01	Intangíveis	853	884	632
1.02.04.01.03	Software	853	884	632

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.414.347	2.052.676	1.960.615
2.01	Passivo Circulante	465.676	494.920	541.348
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.085	20.681	14.975
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.434	5.748	4.684
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.651	14.933	10.291
2.01.02	Fornecedores	212.224	187.929	139.934
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	203.066	181.336	134.936
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.158	6.593	4.998
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.865	17.095	10.448
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.562	16.918	6.136
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	9.137	0
2.01.03.01.02	Demais Impostos Federais	10.562	7.781	6.136
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.278	60	4.119
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	25	117	193
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	187.977	264.006	339.346
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	171.365	259.882	336.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	138.001	74.379	42.643
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.364	185.503	294.274
2.01.04.02	Debêntures	11.202	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.410	4.124	2.429
2.01.05	Outras Obrigações	27.525	5.209	36.645
2.01.05.02	Outros	27.525	5.209	36.645
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	27.525	5.209	36.645
2.02	Passivo Não Circulante	1.442.177	1.032.891	1.128.954
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.278.689	935.457	1.031.723
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.071.872	924.950	1.023.058
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	360.565	286.616	40.320
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	711.307	638.334	982.738
2.02.01.02	Debêntures	196.717	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	10.100	10.507	8.665
2.02.02	Outras Obrigações	55.549	32.836	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.623	3.556	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.457	3.438	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	166	118	0
2.02.02.02	Outros	53.926	29.280	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Sociais	53.926	29.280	0
2.02.03	Tributos Diferidos	55.829	43.527	57.734
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.829	43.527	57.734
2.02.04	Provisões	52.110	21.071	39.497
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.976	20.959	39.497
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	30.864	17.063	36.570
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.112	3.896	2.927
2.02.04.02	Outras Provisões	17.134	112	0
2.02.04.02.04	Provisões para perdas em investimentos	17.134	112	0
2.03	Patrimônio Líquido	506.494	524.865	290.313
2.03.01	Capital Social Realizado	251.642	247.728	88.729
2.03.02	Reservas de Capital	184.367	304.643	300.253
2.03.03	Reservas de Reavaliação	78.335	81.283	85.748
2.03.04	Reservas de Lucros	21.243	-1.755	-445
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	31.375	0	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.132	-1.755	-445
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-105.587	-182.952
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.020
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.093	-1.447	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.208.357	2.507.205	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.578.259	-2.045.135	0
3.03	Resultado Bruto	630.098	462.070	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-435.200	-283.898	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-336.506	-255.500	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.181	-49.523	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.071	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.442	21.125	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	194.898	178.172	0
3.06	Resultado Financeiro	-217.948	-110.344	0
3.06.01	Receitas Financeiras	28.152	172.363	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-246.100	-282.707	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.050	67.828	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	45.948	5.072	0
3.08.01	Corrente	0	-9.136	0
3.08.02	Diferido	45.948	14.208	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.898	72.900	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.898	72.900	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00000	0,69621	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	22.898	72.900	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.646	-427	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.748	72.473	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-54.586	89.147	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-86.591	81.626	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	32.005	7.521	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-176.573	-120.963	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	310.041	235.321	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-45.479	-247.928	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.403	-44.423	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	397.556	441.979	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	430.959	397.556	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.914	-8.449	0	0	0	-4.535
5.04.01	Aumentos de Capital	3.914	0	0	0	0	3.914
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8.449	0	0	0	-8.449
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-120.204	-27.646	101.121	0	-46.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.898	0	22.898
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-120.204	-27.646	78.223	0	-69.627
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-27.646	0	0	-27.646
5.05.02.06	Absorção de Prejuizos Acumulados	0	-120.204	0	116.148	0	-4.056
5.05.02.07	Destinação do Lucro	0	0	0	-37.925	0	-37.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.427	4.466	0	32.893
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.375	0	0	31.375
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-4.466	4.466	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	1.518	0	0	1.518
5.07	Saldos Finais	251.642	174.235	80.617	0	0	506.494

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	88.729	299.808	84.728	-182.952	0	290.313
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	88.729	299.808	84.728	-182.952	0	290.313
5.04	Transações de Capital com os Sócios	158.999	-1.310	0	0	0	157.689
5.04.01	Aumentos de Capital	158.999	0	0	0	0	158.999
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.310	0	0	0	-1.310
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-427	72.900	0	72.473
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.900	0	72.900
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-427	0	0	-427
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	-427	0	0	-427
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.390	-4.465	4.465	0	4.390
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.390	0	0	0	4.390
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-4.465	4.465	0	0
5.07	Saldos Finais	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.444.387	2.670.469	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.333.270	2.653.495	0
7.01.02	Outras Receitas	111.329	16.797	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-212	177	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.083.091	-2.372.987	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.519.435	-2.002.710	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-563.656	-370.277	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	361.296	297.482	0
7.04	Retenções	-24.835	-41.944	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.835	-41.944	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	336.461	255.538	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-9.492	182.099	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.442	21.125	0
7.06.02	Receitas Financeiras	22.950	160.974	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	326.969	437.637	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	326.969	437.637	0
7.08.01	Pessoal	196.216	165.214	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	180.709	143.838	0
7.08.01.02	Benefícios	14.374	15.376	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.133	6.000	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-147.453	-88.507	0
7.08.02.01	Federais	-148.881	-63.944	0
7.08.02.02	Estaduais	1.428	-24.563	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	248.753	281.475	0
7.08.03.01	Juros	240.898	272.971	0
7.08.03.02	Aluguéis	7.855	8.504	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.453	79.455	0
7.08.04.02	Dividendos	6.555	6.555	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.898	72.900	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.628.350	2.086.156	2.006.898
1.01	Ativo Circulante	1.292.481	1.217.603	1.194.201
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	151.855	132.145	143.269
1.01.02	Aplicações Financeiras	424.609	291.864	323.271
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	424.609	291.864	323.271
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	424.609	291.864	323.271
1.01.03	Contas a Receber	79.780	198.682	217.034
1.01.03.01	Clientes	79.780	198.682	217.034
1.01.04	Estoques	163.571	188.874	209.148
1.01.05	Ativos Biológicos	69.807	82.914	86.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	330.267	304.492	201.523
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	330.267	304.492	201.523
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.592	18.632	13.690
1.01.08.03	Outros	72.592	18.632	13.690
1.01.08.03.02	Créditos Diversos	72.592	18.632	13.690
1.02	Ativo Não Circulante	1.335.869	868.553	812.697
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.311	79.464	127.312
1.02.01.06	Tributos Diferidos	62.552	3.445	3.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.552	3.445	3.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.241	19.319	18.299
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	6.241	19.319	18.299
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	134.518	56.700	105.042
1.02.01.09.03	Tributos Correntes a Recuperar	109.106	38.624	97.361
1.02.01.09.04	Creditos Diversos	12.059	8.606	4.357
1.02.01.09.05	Depositos Judiciais	13.353	9.470	3.324
1.02.03	Imobilizado	950.650	773.335	669.936
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	783.115	560.420	359.549
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	167.535	212.915	310.387
1.02.04	Intangível	181.908	15.754	15.449

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.04.01	Intangíveis	181.908	15.754	15.449
1.02.04.01.02	Àgio pago em aquisições	180.833	14.720	14.720
1.02.04.01.03	Software	1.075	1.034	729

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.628.350	2.086.156	2.006.898
2.01	Passivo Circulante	540.782	534.497	565.546
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.375	22.078	17.876
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.110	6.424	6.045
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.265	15.654	11.831
2.01.02	Fornecedores	232.174	196.199	140.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	222.548	189.083	135.092
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	9.626	7.116	5.616
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.619	17.366	12.130
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.172	17.189	7.818
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	557	9.137	0
2.01.03.01.02	Demais Impostos Federais	11.615	8.052	7.818
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.417	60	4.119
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	117	193
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	236.891	291.071	357.840
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	219.238	286.829	355.411
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	154.748	75.646	42.643
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.490	211.183	312.768
2.01.04.02	Debêntures	11.202	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.451	4.242	2.429
2.01.05	Outras Obrigações	29.723	7.783	36.992
2.01.05.02	Outros	29.723	7.783	36.992
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	29.723	7.783	36.992
2.02	Passivo Não Circulante	1.547.295	1.026.124	1.150.716
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.397.150	932.302	1.052.083
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.187.381	921.468	1.043.418
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	460.573	334.179	40.320
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	726.808	587.289	1.003.098
2.02.01.02	Debêntures	196.717	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	13.052	10.834	8.665
2.02.02	Outras Obrigações	59.338	29.334	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.358	0	0
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	5.192	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	166	0	0
2.02.02.02	Outros	53.980	29.334	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Sociais	53.980	29.334	0
2.02.03	Tributos Diferidos	55.829	43.527	57.734
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.829	43.527	57.734
2.02.04	Provisões	34.978	20.961	40.899
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.978	20.961	40.899
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	30.866	17.065	37.972
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.112	3.896	2.927
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	540.273	525.535	290.636
2.03.01	Capital Social Realizado	251.642	247.728	88.729
2.03.02	Reservas de Capital	184.367	304.643	300.253
2.03.03	Reservas de Reavaliação	78.335	81.283	85.748
2.03.04	Reservas de Lucros	21.243	-1.755	-445
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	31.375	0	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-10.132	-1.755	-445
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-105.587	-182.952
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.020
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-29.093	-1.447	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	33.779	670	323

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.408.205	2.602.119	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.760.209	-2.130.198	0
3.03	Resultado Bruto	647.996	471.921	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-429.127	-328.573	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-355.068	-266.468	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.187	-62.271	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	121	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.872	45	0
3.04.05.01	Outras Despesas	-4.895	0	0
3.04.05.02	Resultado de Minoritários	2.023	45	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	218.869	143.348	0
3.06	Resultado Financeiro	-240.395	-75.092	0
3.06.01	Receitas Financeiras	29.825	188.611	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-270.220	-263.703	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.526	68.256	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	44.424	4.644	0
3.08.01	Corrente	-1.524	-9.564	0
3.08.02	Diferido	45.948	14.208	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.898	72.900	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	22.898	72.900	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.875	72.855	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.023	45	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	22.898	72.900	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.646	-427	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-4.748	72.473	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-4.451	72.381	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-297	92	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-49.437	132.176	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-148.272	102.859	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	98.835	29.317	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-206.175	-147.156	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	465.805	223.459	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-57.738	-251.010	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	152.455	-42.531	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	424.009	466.540	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	576.464	424.009	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865	0	524.865
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865	0	524.865
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.914	-8.449	0	0	0	-4.535	33.779	29.244
5.04.01	Aumentos de Capital	3.914	0	0	0	0	3.914	0	3.914
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8.449	0	0	0	-8.449	0	-8.449
5.04.08	Participação dos não Controladores	0	0	0	0	0	0	33.779	33.779
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-120.204	-27.646	101.121	0	-46.729	0	-46.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.898	0	22.898	0	22.898
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-120.204	-27.646	78.223	0	-69.627	0	-69.627
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	-27.646	0	0	-27.646	0	-27.646
5.05.02.06	Absorção de Prejuizos Acumulados	0	-120.204	0	116.148	0	-4.056	0	-4.056
5.05.02.07	Destinação do Lucro	0	0	0	-37.925	0	-37.925	0	-37.925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.427	4.466	0	32.893	0	32.893
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.375	0	0	31.375	0	31.375
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-4.466	4.466	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	1.518	0	0	1.518	0	1.518
5.07	Saldos Finais	251.642	174.235	80.617	0	0	506.494	33.779	540.273

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	88.729	299.808	84.728	-182.952	0	290.313	0	290.313
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	88.729	299.808	84.728	-182.952	0	290.313	0	290.313
5.04	Transações de Capital com os Sócios	158.999	-1.310	0	0	0	157.689	670	158.359
5.04.01	Aumentos de Capital	158.999	0	0	0	0	158.999	0	158.999
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.310	0	0	0	-1.310	0	-1.310
5.04.10	Participação de não Controladores	0	0	0	0	0	0	670	670
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-427	72.900	0	72.473	0	72.473
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.900	0	72.900	0	72.900
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-427	0	0	-427	0	-427
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	-427	0	0	-427	0	-427
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.390	-4.465	4.465	0	4.390	0	4.390
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.390	0	0	0	4.390	0	4.390
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-4.465	4.465	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	247.728	302.888	79.836	-105.587	0	524.865	670	525.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.530.767	2.682.941	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.418.700	2.665.250	0
7.01.02	Outras Receitas	111.329	17.514	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	738	177	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.166.029	-2.390.025	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.579.129	-2.013.979	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-586.900	-376.046	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	364.738	292.916	0
7.04	Retenções	-28.819	-43.452	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.819	-43.452	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	335.919	249.464	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.508	173.583	0
7.06.02	Receitas Financeiras	28.508	173.583	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	364.427	423.047	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	364.427	423.047	0
7.08.01	Pessoal	205.734	168.567	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	188.553	144.840	0
7.08.01.02	Benefícios	15.508	16.789	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.673	6.938	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-137.873	-90.718	0
7.08.02.01	Federais	-143.622	-65.103	0
7.08.02.02	Estaduais	5.749	-25.615	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	265.090	265.698	0
7.08.03.01	Juros	257.226	256.931	0
7.08.03.02	Aluguéis	7.864	8.767	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.476	79.500	0
7.08.04.02	Dividendos	6.555	6.555	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.898	72.900	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.023	45	0

Barretos, 04 de Março de 2011 – O Minerva S.A (BOVESPA: BEEF3; Bloomberg: BEEF3.BZ; Reuters: BEEF3.SA), um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne in natura, boi vivo e seus derivados, que atua também no segmento de processamento de carne bovina, suína e de aves, anuncia hoje seus resultados referentes ao 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em BRGAAP, em Reais (R$), de acordo com as regras do IFRS. A Companhia declara que, conforme disposto no regulamento do Novo Mercado, segmento ao qual pertence na BM&FBOVESPA, está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado.

Destaques de 2010

- O Minerva apresentou Receita Bruta recorde de R$ 3.570 milhões em 2010, 29% superior à Receita de 2009. As vendas no mercado interno avançaram 33%, e nas exportações 27%.
- A companhia foca no ciclo de conversão de caixa, crescendo 29% sem necessidade de capital de giro adicional. A credibilidade do Minerva permite melhores condições de pagamentos aos pecuaristas. O planejamento entre a demanda e a produção através de análises de mercado constantes, resulta em uma administração do estoque mais racional. Além disso, a gestão adequada da carteira de recebíveis contribui para redução do ciclo de conversão de caixa.
- O EBITDA em 2010 foi de R$ 266,2 milhões, um aumento de 42,5% em relação a 2009.
- A margem EBITDA foi de 7,8%, contra 7,2% em 2009, graças à localização das plantas produtivas em regiões com maior disponibilidade de gado, aos programas de melhoria contínua nos índices operacionais, à evolução nos canais de vendas e distribuição, principalmente no mercado interno e gestão de risco realizada pela empresa.
- A política financeira da companhia está focada na desalavancagem. O índice de Dívida Líquida/EBITDA caiu de 4.32x em 2009 para 3.97x ao final de 2010, seguindo as estimativas da empresa.
- A companhia finalizou o ano de 2010 com R$ 576,5 milhões em caixa. Menos de 15% da dívida estão no curto prazo e 48,5% são denominadas em moeda estrangeira. O Minerva possui a política de manter um colchão de caixa.
- Um dos grandes diferenciais da companhia é a gestão de risco, que com o auxílio da área de pesquisa da empresa, consegue uma coordenação entre a compra de insumos, a venda de produtos e oportunidades do mercado, antecipando tendências e norteando as tomadas de decisões, preservando as margens do Minerva.
- O ROIC em 2010 foi de 18,2%, contra 10,9% em 2009. A melhoria do índice demonstra eficiência na gestão de riscos e de projetos da companhia e a busca constante para agregar valor ao acionista.
- Retorno aos acionistas: Os resultados positivos do ano de 2010 permitirão à empresa a realização de pagamento de aproximadamente R$ 6,55 milhões em dividendos.
- O Minerva realiza processos de melhoria contínua na área industrial e corporativa, através de programas de redesenho de processos industriais, planejamento e controle de produtos, racionalização de pessoas e redução de custos. Foi implantado o SAP, software de gestão empresarial, que gerará um fluxo de informações gerenciais importante para a consolidação das informações no segmento corporativo dando maior agilidade e segurança nas decisões.
- A companhia possui diversos programas de relacionamento com o pecuarista. O sucesso dos produtos financeiros da empresa voltados aos pecuaristas promove fidelização e oferece possibilidade de travamento de margens, resultando em maior continuidade de fornecimento de gado para abate ao Minerva.

Principais Indicadores

Principais Indicadores (R$ Milhões)	2010	2009	Var. %
Cabeças de Gado Abatidas (milhares)	1.480,8	1.125,3	31,6%
Volume de Vendas (em milhares de tons)	353,2	303,3	16,4%
Receita Bruta	3.570,2	2.772,4	28,8%
Mercado Interno	1.196,4	898,4	33,2%
Mercado Externo	2.373,7	1.874,0	26,7%
Receita Líquida	3.408,2	2.602,1	31,0%
EBITDA	266,2	186,6	42,5%
Margem EBITDA	7,8%	7,2%	0,6 p.p
Lucro Líquido	22,9	72,9	-68,6%
Margem Líquida	0,7%	2,8%	-2,1 p.p
Dívida Líquida/EBITDA	3,97x	4,32x	-8,1%

Mensagem da Administração

O ano de 2010 foi de muito desafio, principalmente na área operacional do setor de frigoríficos. As empresas brasileiras enfrentaram um momento de escassez de gado e mudança no padrão da demanda, com o mercado externo cedendo espaço para o interno, exigindo das empresas agilidade e eficiência na realocação da produção para capturar margens maiores e crescer.

O Minerva busca constantemente novas ferramentas para incrementar seu nível de controle interno a fim de sustentar seu crescimento e garantir bons resultados operacionais e financeiros. Assim, mesmo diante deste cenário, cresceu aproximadamente 30%, sem aumentar sua necessidade de capital de giro, demonstrando que sua evolução se deu de forma racional, fruto de uma gestão sólida e consciente.

Entre os programas de melhoria de controle e gestão que auxiliaram nesta conquista, está a implantação do SAP, que visa ao aumento da previsibilidade dos números da empresa, maior rapidez na tomada de decisão, além de melhor estabelecimento de metas gerenciais, permitindo maior agilidade e flexibilidade nas ações. Também há o programa CSC (Centro de Serviços Compartilhados), que tem por objetivo a diminuição de custos administrativos, com a centralização das áreas corporativas que trabalharão como prestadores de serviço para a operação, resultando em processos mais eficientes.

Outro programa é o redesenho de processos fabris, que permite a melhoria nos indicadores operacionais. Uma gestão de indicadores estruturada e o treinamento contínuo de pessoal permitem grande avanço em questões como rendimento de corte, diminuição de recortes, queda na quebra de frio, maior controle de qualidade entre outras.

No cenário comercial, em 2010, o mercado consumidor brasileiro teve um avanço considerável, traduzido pela forte demanda por volumes e preços mais elevados. O Minerva antecipou esta tendência e se programou para desfrutar deste novo padrão de mercado. Foram abertos 3 novos Centros de Distribuição, resultando na participação das vendas de carne no mercado doméstico de 40% do faturamento total, quando olhamos apenas para a Divisão Carnes.

O objetivo é reforçar a presença do Minerva, cada vez mais, junto ao pequeno e médio varejo das regiões metropolitanas do Brasil, fora dos centros de alta competitividade como São Paulo e Rio de Janeiro, atingido um nicho de mercado com alta demanda, bom poder aquisitivo, que ainda não é bem explorado, através do conceito *One-Stop-Shop*.

Além dos CDs, o Minerva inaugurou em 2010 a unidade de abate e desossa de Campina Verde (MG) e Rolim de Moura (RO), o que representou um crescimento de aproximadamente 32,6% em sua capacidade instalada, além de diversificar e aumentar sua presença no território nacional, mitigar o risco sanitário de suas operações e promover maior flexibilidade operacional e logística.

Em 2010 o Minerva aumentou sua participação na Minerva Dawns Farms de 50% para 80%. As operações da MDF estão de acordo com o cronograma previsto de elevação da capacidade utilizada. A MDF é uma empresa com vendas *business to businnes*, especializada em produtos de alto valor agregado, *ready-to-eat*. Os clientes são principalmente, as empresas de *food service* globais e indústrias em pleno crescimento que utilizam proteínas em seus produtos, onde a estratégia da MDF é fornecer para seus braços no Brasil, mas também no resto do mundo.

A companhia possui diversos programas de relacionamento com o pecuarista. Programas de compra de boi a termo, preço mínimo, CPRs, confinamento em parceria e o Programa Falando de Pecuária para troca de informações, através de palestras e debates, promovem a aproximação com o fornecedor de gado, garantindo uma melhor estrutura de pagamento de matéria-prima e maior utilização de capacidade instalada.

Relatório da Administração

Resultados 2010

Para sustentar o crescimento saudável do Minerva, uma estratégia financeira dinâmica e responsável desempenha um papel fundamental. Em 2010, a empresa realizou um trabalho bastante intenso na administração das contas operacionais, conseguindo trazer o ciclo de conversão de caixa para níveis sem comparação no setor.

A empresa também realizou diversas ações para melhorar seu perfil de dívida, dentre elas a emissão, no mercado internacional, de US$ 250 milhões em notas com vencimento em 2019, a emissão, no mercado local, de R$ 200 milhões em debêntures com vencimento em 2015, e uma operação de troca de notas (*Exchange Offer*), em que aproximadamente 80% dos detentores de notas com vencimento em 2017 aceitaram fazer a troca por novos títulos com vencimento em 2019.

Desse modo, a empresa possui hoje um perfil de dívida adequado, com menos de 15% dos vencimentos no curto prazo e posição de caixa estável. A relação Dívida Líquida/EBITDA está em 3,97x, e prevemos uma desalavancagem contínua e natural em função da maturação dos investimentos realizados.

O ano de 2011 deverá ser o início da retomada da curva do ciclo da pecuária, com início de um período de maior produtividade do setor. No mercado interno, a demanda deverá se manter aquecida e com rentabilidades em níveis bastante competitivos em relação às exportações. No mercado externo, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC prevê que as exportações irão crescer, principalmente para China, Rússia e Chile. Os problemas climáticos e entraves políticos dos países concorrentes na exportação de carne bovina fazem com que o Brasil, Paraguai e o Uruguai tenham uma posição vantajosa para atender ao crescimento da demanda mundial por proteína animal.

Os objetivos do Minerva são dar continuidade a seu crescimento sustentável, através da abertura de novos Centros de Distribuição, a finalização da aquisição do Frigorífico Pul no Uruguai, a continuidade do *greenfield* de Redenção e a aceleração do crescimento da Minerva Dawn Farms. Desalavancar a Companhia, aumentar a penetração em mercados mais rentáveis e fortalecer ainda mais a política financeira também são objetivos desta administração.

O setor da carne bovina brasileira passará, ainda, por um movimento de consolidação e o Minerva pretende continuar a participar, sempre de modo disciplinado e conservador, com o objetivo de sempre criar valor para os seus acionistas e investidores.

Fernando Galletti de Queiroz, Diretor Presidente

Relatório da Administração *Resultados 2010*

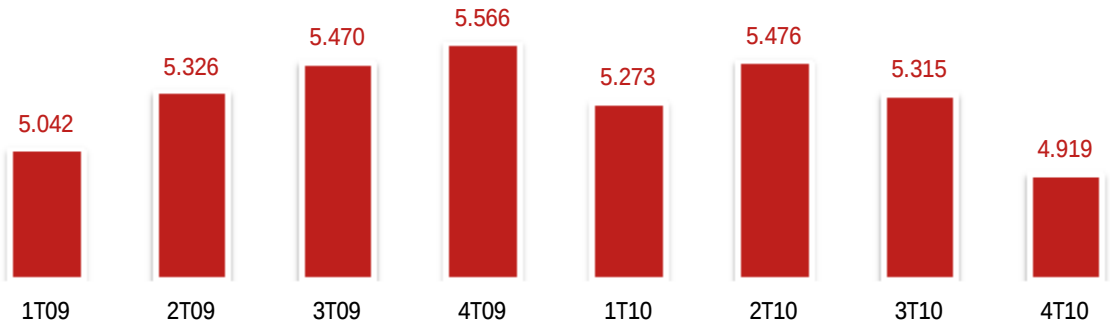
Índice

Brasil Panorama Setorial 5
Preço da Arroba 6
Mercado Interno 7
Mercado Externo 8
Minerva – Análise dos Resultados 10
Abates 10
Receita Bruta Consolidada 10
Divisão Carnes 13
Receita Líquida Consolidada 13
Custo das Mercadorias Vendidas 13
Lucro Bruto 14
Despesas SG&A 14
EBITDA 15
EBIT (Resultado Operacional) 16
Resultado Financeiro 16
Lucro Líquido 16
Estrutura de Capital 17
Retorno sobre capital investido 18
Performance das ações e bonds 18
Investimentos 19
Eventos Subsequentes 19
Aquisição do Frigorífico Pul 19
Emissão de ADRs 19
Sobre o Minerva 20
Demonstração de Resultado do Exercício (Anexo 1) 21
Balança patrimonial (Anexo 2) 22
Fluxo de caixa (Anexo 3) 23

Panorama Setorial

Fornecimento de Gado

Evolução do abate de bovinos - Brasil (em 1.000 cabeças)

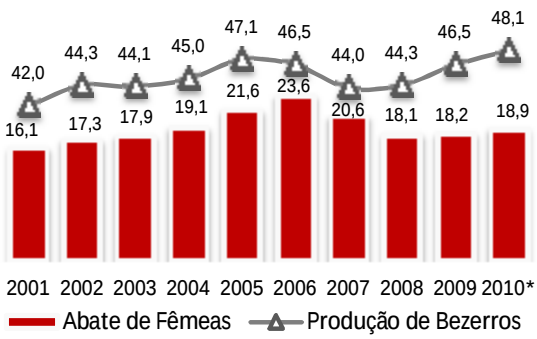


Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária, em 03/01/2011.

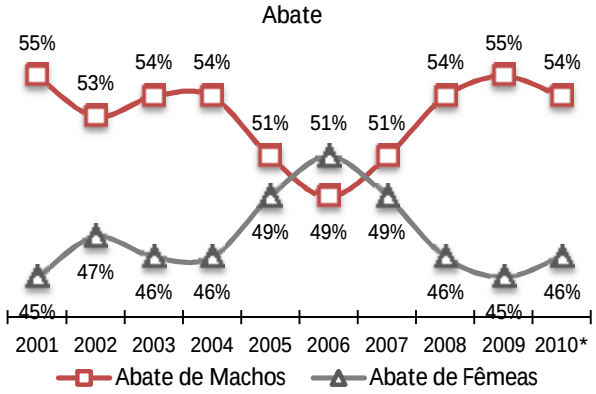
O ano de 2010 apresentou uma retração no volume total de abate no Brasil. A diminuição da oferta de gado ocorreu devido aos problemas climáticos mundiais derivados do fenômeno La Ninã, que provocou seca prolongada causando atraso na safra de grãos, ao menor número de animais confinados no Brasil, que apresentou queda de aproximadamente 20% com relação ao ano anterior, mas principalmente devido ao estágio atual do ciclo do gado.

Para analisar o funcionamento do ciclo do gado é preciso entender que o fator principal é o destino das fêmeas. Se as fêmeas são abatidas, a produção de bezerros cai e em dois a três anos a quantidade de animais para abate é menor. Caso contrário, há um crescimento do rebanho. Agora, o que define o destino da fêmea é o lucro que o pecuarista vai obter com ela em determinado período. Se o preço do bezerro está alto, é mais lucrativo para o produtor reter a fêmea para procriação. Se o bezerro estiver com preço baixo, o pecuarista irá lucrar mais abatendo a fêmea e recebendo por suas arrobas.

Abate de Fêmeas vs. Produção de Bezerros
(milhões de cabeças)



Abate



*Fonte: AgraFNP; *projeção*

1. Fase de baixa:

- Alta oferta de animais para abate – pico do abate total
- Preço baixo da arroba e do bezerro
- Baixo rendimento para o pecuarista – menor investimento na produção com reposição de animais
- Desincentivo da retenção de fêmea para reprodução
- Abate de fêmeas
- Maior número de animais para abate e queda no preço da arroba.

Com o abate de fêmeas não nascem novos bezerros, que culmina em:

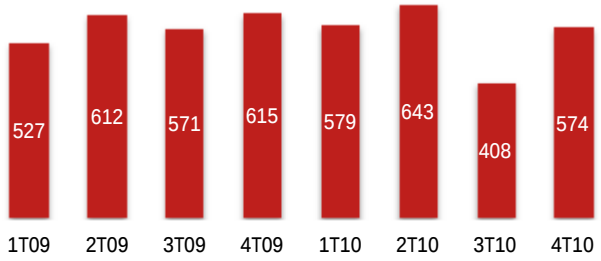
2. Fase de alta:

- Baixa oferta de animais para abate
- Preço alto da arroba e do bezerro
- Alto rendimento para o pecuarista – maior investimento na produção com compra de animais para reposição de rebanho
- Incentivo para retenção de fêmea para reprodução
- Diminuição no abate de fêmeas
- Menor número de animais para abate e elevação no preço da arroba

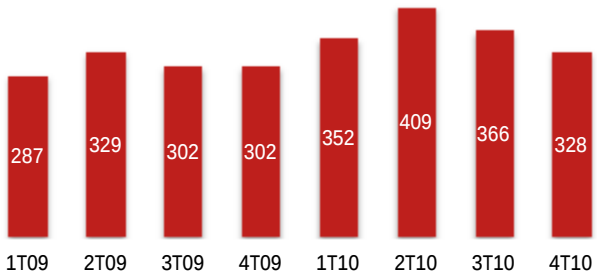
Em 2010, o ciclo do gado passou por sua fase mais desafiadora: menor oferta de animais, elevação do preço da arroba e do bezerro, fruto do aumento de abate de fêmeas em anos passados. Consequente ao abate intensificado de fêmeas, a produção de bezerros diminuiu, causando menor oferta de gado pronto para o abate entre 2009 e 2011.

O Uruguai e o Paraguai se encontram em fase de reconstrução de rebanho e, portanto, estão em condição de se beneficiar da crescente demanda mundial por carne bovina, por apresentar vantagens competitivas em relação aos demais produtores fora da América do Sul, como estrutura de custos, potencial de aumento de produtividade, disponibilidade de água, etc.

Evolução do abate de bovinos - Uruguai (em 1.000 cabeças)



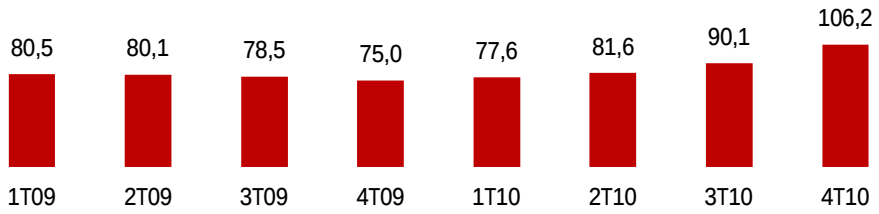
Evolução do abate de bovinos - Paraguai (em 1.000 cabeças)



Fonte: Senacsa e Inac

Preço da Arroba

Preço médio do boi gordo (em R$/@)



Fonte: CEPEA/ESALQ

A menor oferta de animais para abate causou a elevação do preço da arroba no Brasil. O preço médio do boi gordo no Brasil aumentou 12% em 2010 em relação a 2009.

Em compensação, os preços da carne, tanto no mercado doméstico como nas exportações, apresentaram crescimento condizente com a elevação no preço da arroba, 13% (CEPEA) e 24% (SECEX), respectivamente, o que garantiu a estabilidade da margem.

Mercado Interno

A demanda interna por carne bovina cresceu, pois com o maior poder de compra da população, beneficiada pela expansão do emprego, pelo incremento da renda familiar e por programas sociais, esta passou a comer melhor, aumentando a porcentagem de carne vermelha como fonte de proteína.

Com este aumento na procura por carne bovina, os preços da carne apresentaram forte incremento, estabilizando em um novo patamar.

Segundo um estudo da Nielsen, o setor de bens de consumo no Brasil deve expandir pelo menos 4% em 2010, quase o dobro do registrado em 2009 (2,2%). Entre os destaques do levantamento que envolve 159 categorias de produtos está o setor de alimentos, em especial os perecíveis que crescerão 6,5%.

Dentro deste aumento de demanda, a Classe C contribuiu com 60%, a classe baixa (D e E) representou 21% do incremento, enquanto as classes mais abastadas (A e B) responderam por 18%, em valores arredondados.

Para este ano, a expectativa da consultoria é de um crescimento entre 4% e 6% nos volumes consumidos no país, como reflexo da continuidade dos fundamentos que permitiram o desempenho do varejo no ano passado.

Além disso, o estudo mostra que o consumidor busca rapidez, conveniência e praticidade nas suas compras, preferindo realizá-las em lojas menores e mais próximas de sua residência (formato de vizinhança).
Assim, em supermercados pequenos, que têm entre cinco e nove caixas, houve um avanço de 7% nas vendas, enquanto os supermercados médios (entre 20 e 49 caixas) tiveram um avanço de 9,3%.

Na contramão do desempenho positivo de lojas menores, os hipermercados (mais de 50 caixas) tiveram uma queda de 6,4% nos volumes, dentro das categorias analisadas.

Mercado Externo

Depois da forte queda nos preços médios da carne bovina exportada pelos principais países no final de 2008, em decorrência da crise econômica mundial, os preços pouco a pouco se recuperaram como pode ser verificado no gráfico a seguir.

Os dados de 2010 estão mais positivos para os exportadores. O Brasil não só retornou ao preço médio pré-crise, como cresceu cerca de 10%, acima das variações obtidas na carne exportada pela Argentina, Austrália ou Estados Unidos. Apesar da queda no volume exportado, que ocorreu por uma questão mercadológica, impactada, principalmente, pela crise europeia, o faturamento teve uma expansão bastante importante.

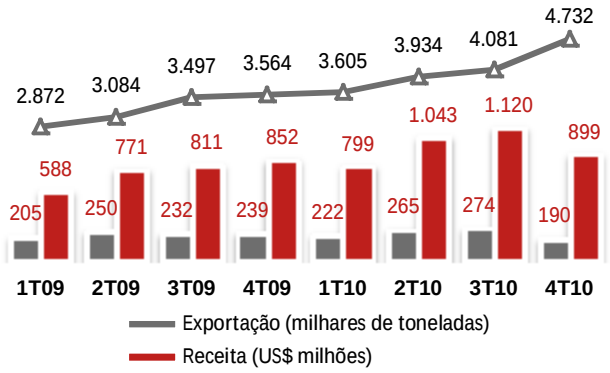
Segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o total de exportação brasileira de carne bovina in natura em 2010 foi de 951 mil toneladas ou US$ 3.861 milhões, 3% e 28% superior aos volumes e receitas, respectivamente, em relação a 2009, conforme gráfico a seguir. A Rússia continuou como principal mercado dos produtos brasileiros durante este período, com participação de 27 %, seguido por Irã, 21% e Egito, 11%.

Em 2011, segundo a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), a exportação de carne bovina deve crescer entre 8% e 10%. A previsão para o volume exportado é de cerca de 2 milhões de toneladas (em equivalente carcaça), o que representaria uma alta de 7%. O crescimento da demanda externa deve ocorrer principalmente nos países em desenvolvimento, como a Rússia, o Chile e a China.

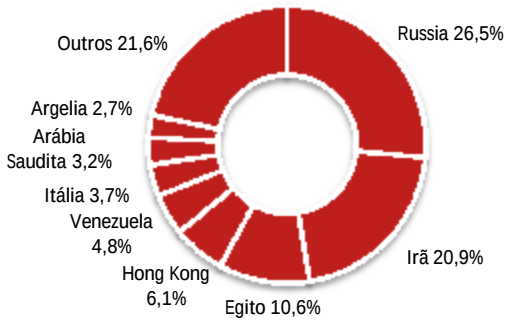
Relatório da Administração

Resultados 2010

Receita e exportação de carne *in natura*

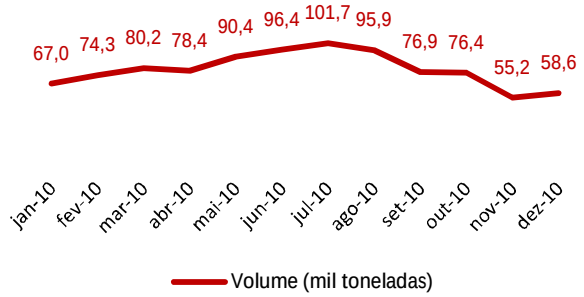


Destino das exportações brasileiras em 2010

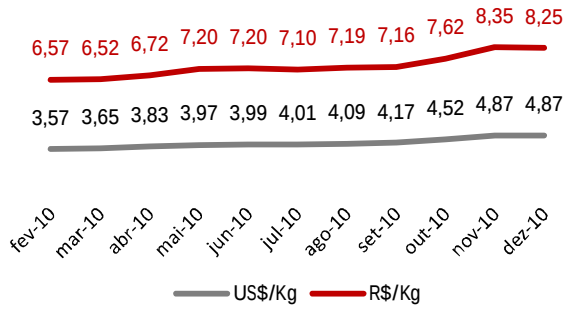


Fonte: SECEX

Volume de carne *in natura*



Preço médio carne *in natura*

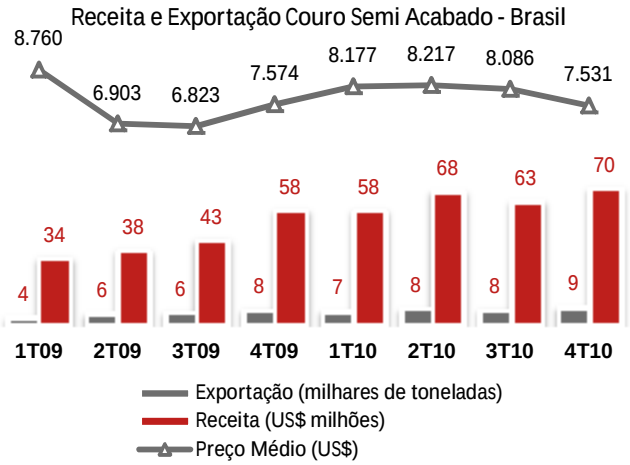


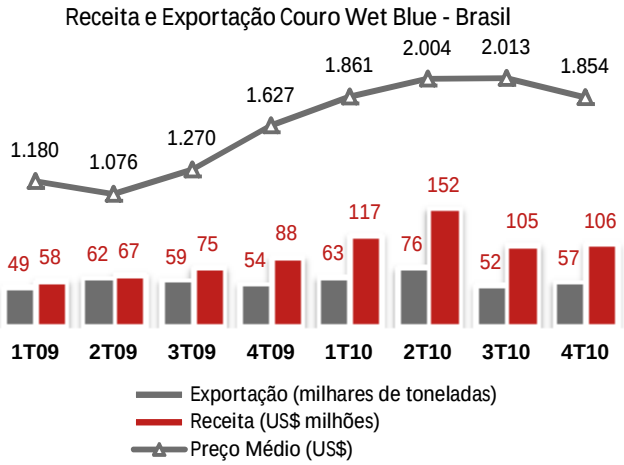
Fonte: SECEX

Seguindo a mesma tendência da carne, o couro na exportação sofreu com a crise financeira mundial, pois os maiores compradores de couro brasileiro diminuíram muito a demanda, principalmente a China que usava o couro para produzir bancos automotivos e móveis para o mercado americano, dois segmentos bastante afetados pela crise.
Após julho de 2009, com os países iniciando a retomada de consumo, as exportações de couro voltaram a crescer, pressionando os preços para cima.

Os estoques dos importadores de couro *wet-blue*, que haviam aumentado com a crise (uma vez que a demanda pelo produto manufaturado caiu), já decresceram, o que traz boas expectativas quanto às exportações, principalmente em relação ao volume.

Em 2010, houve boa recuperação nas exportações de couro, principalmente nos preços, o que demonstra um mercado sólido e promissor. O crescimento da receita foi de 28% enquanto do volume foi de 3%.





Fonte: SECEX

Outro segmento no qual o Brasil ganhou espaço nas exportações foi o de bovinos vivos que apresentou crescimento de 26% no volume, para 633 mil cabeças.

A expansão é bem superior à média mundial. Segundo o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA), foram exportados 4,5 milhões de cabeças por todos os produtores em 2010, alta de 3%. Entre os maiores exportadores mundiais - o Brasil ocupa a quarta posição e dois reduziram os embarques: Canadá (queda de 35%) e Austrália (-4%). O México apresentou alta de 7%. Assim, a participação do Brasil no comércio mundial subiu de 11%, em 2009, para 14%.



Fonte: SECEX

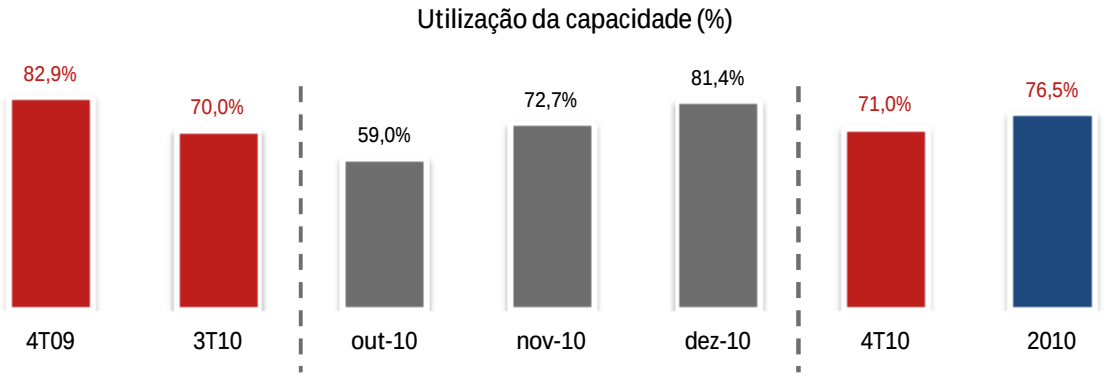
Minerva – Análise dos Resultados

Abates

Apesar da escassez de animais para abate, o nível de utilização da capacidade instalada do Minerva encerrou 2010 em 77%, acima da média do mercado. O mês de outubro foi o mês de menor número de abate, resultado da seca prolongada da entressafra e do menor número de animais de confinamento, fruto do elevado preço dos grãos. O Minerva conseguiu, através de seus programas de relacionamento com pecuaristas, compensar esta queda e fechar o trimestre com 71% de utilização de capacidade.

Relatório da Administração

Resultados 2010



Fonte: Minerva

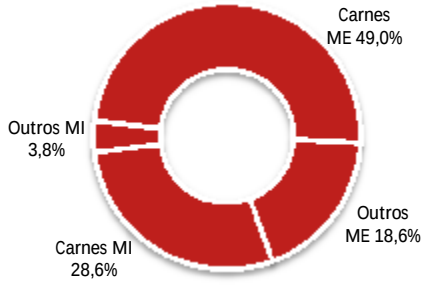
Receita Bruta Consolidada

R$ Milhões	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Receita Bruta	3.570,2	2.772,4	28,2%	948,1	953,6	-0,6%	727,3	30,4%
Mercado Interno	1.196,4	898,4	33,2%	378,8	326,7	16,0%	274,0	38,3%
% Receita Bruta	33,5%	32,4%	1,1 p.p	40,0%	34,3%	5,7 p.p.	37,7%	2,3 p.p.
Divisão Carnes	1.038,7	793,0	31,0%	330,5	278,8	18,5%	237,0	39,5%
Outros	157,8	105,4	49,7%	48,4	47,9	1,0%	37,0	30,6%
Mercado Externo	2.373,7	1.874,0	26,7%	569,3	626,9	-9,2%	453,2	25,6%
% Receita Bruta	66,5%	67,6%	-1,1 p.p.	60,0%	65,7%	-5,7 p.p.	62,3%	-2,3 p.p.
Divisão Carnes	1.593,0	1.357,2	17,4%	334,3	417,0	-19,8%	317,6	5,3%
Outros	780,8	516,8	51,1%	235,0	209,9	12,0%.	135,7	73,2%

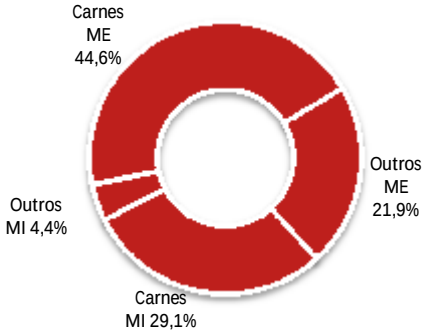
A Receita Bruta do Minerva cresceu 28% de 2009 para 2010. O mercado interno, que representou 34% da receita bruta, apresentou crescimento de 33% com relação ao ano de 2009. As exportações cresceram 27%.

O mix de faturamento varia conforme o resultado do exercício semanal que a empresa realiza, onde é analisada uma matriz com as opções de canal de venda para cada um dos cortes, comparados em uma mesma base, onde o resultando é a maximização do retorno da produção como um todo.

Composição da receita bruta consolidada 2009 (%)



Composição da receita bruta consolidada 2010(%)



Fonte: Minerva

Relatório da Administração

Resultados 2010

Divisão Carnes

Faturamento (R$ Milhões)	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Carne In Natura – ME	1.511,5	1.269,3	19,1%	317,7	397,8	-20,1%	296,3	7,2%
Carne Processada – ME	12,9	27,9	-53,7%	0,0	0,0	0,0%	7,3	-100,0%
Outros – ME	68,5	60,0	14,3%	16,6	19,3	-14,0%	14,0	18,8%
Sub-Total – ME	1.593,0	1.357,2	17,4%	334,3	417,0	-19,8%	317,6	5,3%
Carne In Natura – MI	884,5	663,9	19,5%	281,7	242,9	21,2%	194,6	12,5%
Carne Processada – MI	10,8	9,1	18,5%	5,4	0,2	N.R.	3,8	41,5%
Outros – MI	143,3	120,0	19,5%	43,3	35,8	21,2%	38,5	12,5%
Sub-Total – MI	1.038,7	793,0	31,0%	330,5	278,8	18,5%	237,0	39,5%
Total	2.631,6	2.150,2	22,4%	664,8	695,9	-4,5%	554,5	19,9%

Volume (milhares de tons)	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Carne In Natura - ME	192,7	172,7	11,6%	33,3	52,6	-36,8%	42,2	-20,9%
Carne Processada - ME	1,3	2,6	-50,4%	0,0	0,0	0,0%	0,6	-100,0%
Outros - ME	13,6	11,7	15,5%	3,1	4,3	-28,5%	2,7	13,4%
Sub-Total - ME	207,6	187,1	19,4%	36,3	56,9	-35,9%	45,5	66,5%
Carne In Natura - MI	121,7	100,7	20,8%	31,4	34,3	-8,4%	28,4	10,7%
Carne Processada - MI	1,4	1,2	19,4%	0,8	0,0	0,0%	0,5	66,5%
Outros – MI	22,6	14,4	57,1%	5,4	6,0	-10,4%	6,4	-15,4%
Sub-Total - MI	145,6	116,3	25,3%	37,6	40,3	-6,8%	35,2	6,8%
Total	353,2	303,3	16,4%	74,0	97,2	-23,9%	80,8	-8,3%

Preço Médio – ME (US$/Kg)	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Carne In Natura - ME	4,46	3,45	29,1%	5,61	4,32	29,8%	4,04	39,0%
Carne Processada - ME	5,69	5,04	12,9%	3,57	N.R.	N.R.	6,50	-45,1%
Outros – ME	2,87	2,40	-17,4%	3,17	2,55	-3,0%	2,95	-2,4%
Total	4,36	3,41	28,0%	5,41	4,19	29,0%	4,01	34,9%
Média Dólar (fonte:BACEN)	1,76	2,13	-17,4%	1,70	1,75	-3,0%	1,74	-2,4%

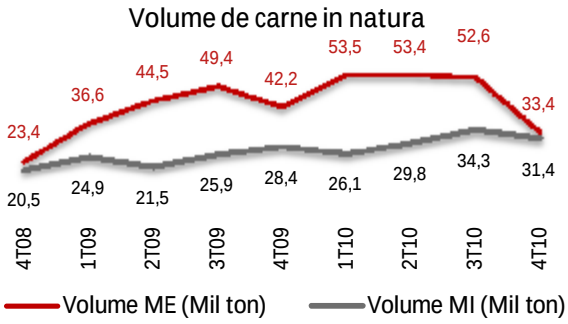
Preço Médio – ME (R$/Kg)	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Carne In Natura - ME	7,84	7,35	6,7%	9,53	7,57	25,9%	7,03	35,6%
Carne Processada - ME	10,01	10,73	-6,7%	6,06	N.R.	N.R.	11,32	-46,4%
Outros – ME	5,06	5,11	-1,1%	5,38	4,47	20,3%	5,13	4,7%
Total	1.160	1.179	-1,7%	9,18	7,33	25,1%	6,97	31,6%

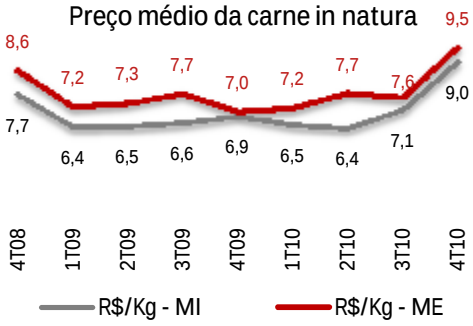
Preço Médio – MI (R$/Kg)	2010	2009	Var. %	4T10	3T10	Var.%	4T09	Var. %
Carne In Natura - MI	7,27	6,59	10,3%	8,96	7,08	26,6%	6,86	30,7%
Carne Processada - MI	7,86	7,91	-0,7%	6,96	8,49	-18,0%	8,19	-15,0%
Outros – MI	6,34	8,34	-23,9%	8,05	5,95	35,2%	6,05	33,1%
Total	7,13	6,82	4,6%	8,79	6,91	27,2%	6,73	30,6%

ME- Mercado Externo, MI – Mercado Interno

A Divisão Carnes, que engloba carne in natura, carne industrializada e outros produtos de carne (subprodutos), apresentou crescimento anual de receita bruta de 22%, sendo que o incremento foi mais acentuado no mercado interno (31%), resultado da estratégia de maior acesso aos mercados consumidores de carne em todo o Brasil, através dos Centros de Distribuição, beneficiando-se da tendência nacional de alta na demanda e sofisticação no hábito de consumo da população.

Nas exportações, apesar do Brasil ter crescido apenas 3% do volume de carne, o Minerva apresentou incremento de 19%, graças as estratégias de diversificação e aproximação de clientes. O incremento no faturamento bruto das carnes na exportação foi de 17%, mesmo em um ano em que as exportações brasileiras sofreram com menor demanda de países em crise e valorização do real frente ao dólar. Os preços em dólar na exportação de carnes cresceram 28% em 2010.

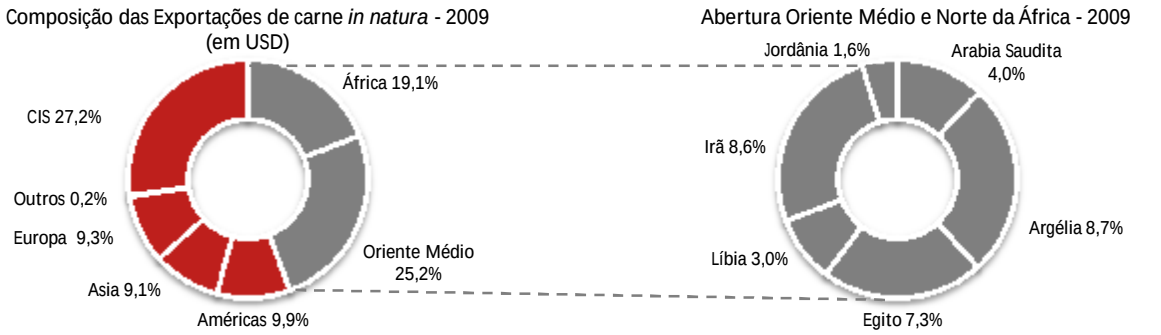


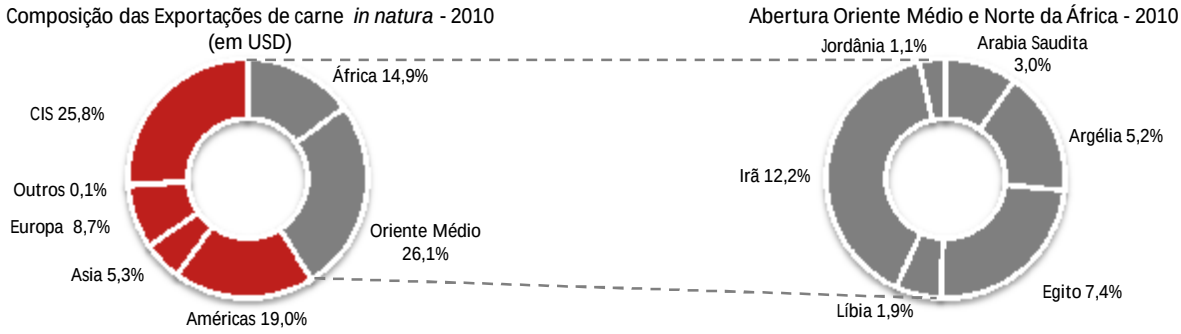


Fonte: Minerva

Os gráficos abaixo ilustram os principais destinos das exportações do Minerva em 2010 em comparação ao mesmo período de 2009. A estratégia comercial da empresa está focada na busca dos melhores mercados para cada um dos seus produtos e na diversificação de clientes, a fim de mitigar riscos de concentração de destino de vendas. Em 2010 tiveram destaque países do continente Africano e da América do Sul.

Com relação ao Oriente Médio, região em crise no inicio de 2011, a exposição da empresa caiu de 33% em 2009 para 13% em 2010, dentro da estratégia de diversificação de mercados a fim de mitigar eventuais riscos de concentração para um mesmo país e/ou grupo de clientes. O Minerva não possui plantas de produção e operações de distribuição nestes países, permitindo dessa forma uma grande agilidade na realocação dos destinos de suas exportações. Além disso, a companhia analisa também que a necessidade de importação destes países não deve se alterar significativamente, uma vez que a produção local é insuficiente para atender a toda demanda. Em situações de crise é comum a utilização de estratégias de estocagem de alimentos como forma de diminuição da instabilidade.





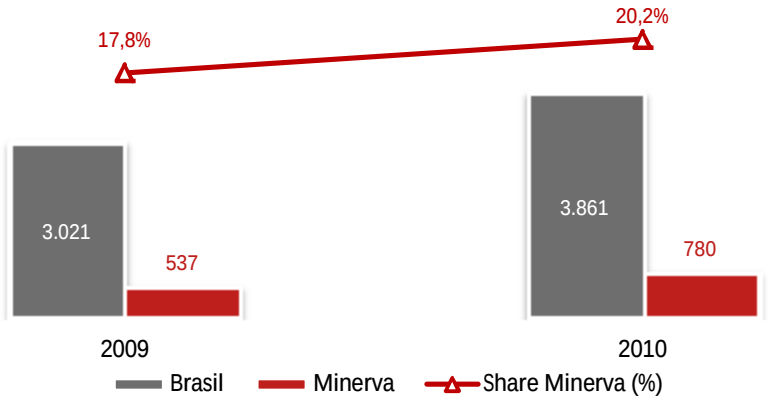
Fonte: Minerva

Relatório da Administração

Resultados 2010

O *market share* do Minerva nas exportações de carne in natura (US$ FOB) atingiu 20,2% em 2010, 2,4 p.p. acima da participação de 2009.

Evolução da participação de mercado (baseado na receita em US$)



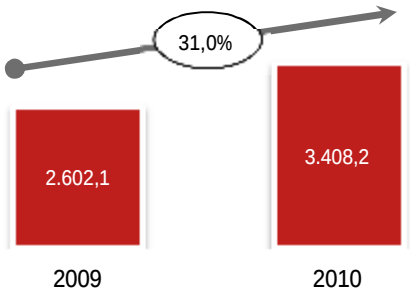
Fonte: Secex e Minerva

Receita Líquida Consolidada

A Receita Líquida em 2010 avançou 31% em relação a 2009, para R$ 3,408 milhões.

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Receita Bruta	3.570,2	2.772	28,8%
Deduções e Abatimentos	(162,0)	(170,3)	-4,9%
Receita Líquida	3.408,2	2.602,1	31,0%

Receita líquida (em R$ milhões)



Fonte: Minerva

Custo das Mercadorias Vendidas

O CMV em 2010 foi de R$ 2,758 milhões, representando 80,9% da Receita Líquida contra 81,9% em 2009. Esta melhoria foi possível através da gestão de risco, que com o auxílio da área de pesquisa da empresa, antecipou tendências de mercado para tomadas de decisões mais precisas, preservando as margens do Minerva, mesmo no ano em que o custo da principal matéria-prima, o boi, atingiu níveis recordes.

Além disso, os programas de compra de boi a termo, preço mínimo, CPRs, confinamento em parceria e o Programa Falando com o Pecuaristas para troca de informações, através de palestras e debates, promovem a aproximação com o fornecedor de gado, garantindo uma melhor condição de pagamento e maior disponibilidade de matéria-prima, com consequente incremento na utilização de capacidade instalada.

Relatório da Administração

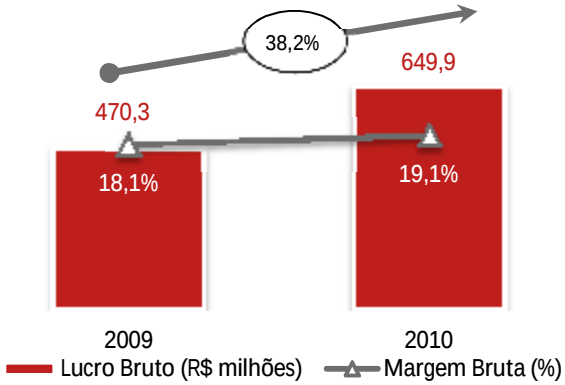
Resultados 2010

Lucro Bruto

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Receita Líquida	3.408,2	2.602,1	31,0%
CMV	(2.758,3)	(2.131,8)	29,4%
% Receita Líquida	80,9%	81,9%	-1,0 p.p
Lucro Bruto	649,9	470,3	38,2%
Margem Bruta	19,1%	18,1%	1,0 p.p

O Lucro Bruto totalizou R$ 649,9 milhões no ano, 38,2% superior a 2009. A margem bruta cresceu 1,0 p.p..

Lucro bruto e margem bruta



Fonte: Minerva

Despesas SG&A

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Despesas com Vendas	(355,9)	(266,5)	33,2%
% Receita Líquida	10,4%	10,2%	0,2 p.p
Despesas G&A	(71,2)	(62,3)	14,3%
% Receita Líquida	2,1%	2,4%	-0,3 p.p
Despesas Operacionais	(4,9)	0,1	N.R.
% Receita Líquida	0,1%	0,0%	0,1 p.p

Despesas Com Vendas

Em 2010, as despesas com vendas totalizaram R$ 356 milhões, representando 10,4% da receita líquida, em linha com 2009, mesmo com o aumento da distribuição no mercado interno, o que reflete um controle de custos mais eficiente da equipe comercial da empresa.

A estratégia do Minerva de *One-stop-shop*, onde a empresa distribui não apenas carne bovina, como produtos de terceiros de frango, pescados, suínos e vegetais, garante uma eficiência logística ímpar, com alcance do pequeno e médio varejo por todo o Brasil em uma constância de entrega superior ao mercado.

Despesas Gerais e Administrativas

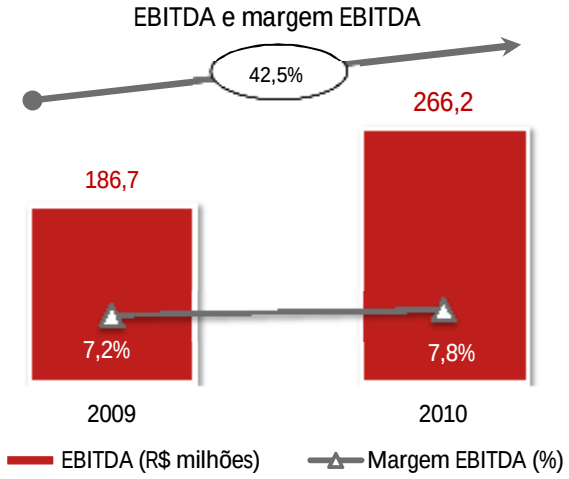
Em 2010, as despesas G&A representaram 2,2% da receita líquida de vendas, também em linha com o ano anterior, demonstrando que o crescimento de 30% do *top line* da empresa se deu de forma organizada e controlada, resultado da melhoria na gestão operacional e administrativa, através de programas de racionalização de pessoal, absenteísmo, horas extras e rotatividade de funcionários, treinamentos contínuos e ferramentas de gestão, como o SAP e o CSC.

A implantação do SAP, visa ao aumento da precisão dos números da empresa, tanto operacionais como gerenciais e à agilidade nas análises de dados para tomada de decisão. Também existe o programa CSC (Centro de Serviços Compartilhados), que tem por objetivo a diminuição de custos administrativos, com a centralização das áreas corporativas que trabalharão como prestadores de serviço para a operação, resultando em processos mais eficientes.

EBITDA

O EBITDA em 2010 foi de R$ 266,2 milhões, um aumento de 42,5% em relação a 2009. A Margem EBITDA foi de 7,8%, 0,6 p.p. maior do que o ano anterior, resultado da localização das plantas produtivas em regiões com maior disponibilidade de gado, dos programas de melhoria contínua nos índices operacionais, da evolução nos canais de vendas e distribuição, principalmente no mercado interno e da gestão de risco realizados pela empresa.

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido	22,9	72,9	-68,6%
(+) IR e CS e Diferidos	(44,4)	(4,6)	856,6%
(+) Resultado Finan. Líquido	240,4	75,1	220,1%
(+) Depreciação e Amortização	28,8	43,4	-33,6%
(+) Despesas não recorrentes	18,5	-	-
EBITDA	266,2	186,7	42,5%
Margem EBITDA	7,8%	7,2%	0,6 p.p



Fonte: Minerva

EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT, resultado operacional antes de despesas financeiras, foi de R$ 237,4 milhões em 2010, crescimento de 65,7% em relação a 2009.

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
EBITDA	266,2	186,7	42,5%
Depreciação	(28,8)	(43,4)	-33,6%
EBIT	237,4	143,3	65,7%
Margem EBIT	7,0%	5,5%	1,4 p.p

Resultado Financeiro

Apresentamos despesa financeira de R$ 240 milhões em 2010. Os principais condicionantes da despesa financeira foram: despesas com juros passivos, despesas com operações de mercado de capitais, despesas com liquidação antecipada de dívidas, fruto da política de administração de passivos e alongamento do endividamento, e despesas com hedge cambial da divida em USD.

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Despesas Financeiras	(266,1)	(263,7)	0,9%
Receitas Financeiras	29,8	53,5	-44,3%
Variação Cambial	(4,2)	135,1	-103,0%
Resultado Financeiro	(240,4)	(75,1)	220,1%
% Receita Líquida	-26,4%	-8,3%	-18,2 p.p

Lucro Líquido

O Minerva registrou Lucro Líquido de aproximadamente R$ 23 milhões o que proporcionará a distribuição de R$ 6,55 milhões em dividendos, referente ao exercício 2010.

R$ Milhões	2010	2009	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido	22,9	72,9	-68,6%
% Margem Líquida	0,7%	2,8%	-2,1 p.p

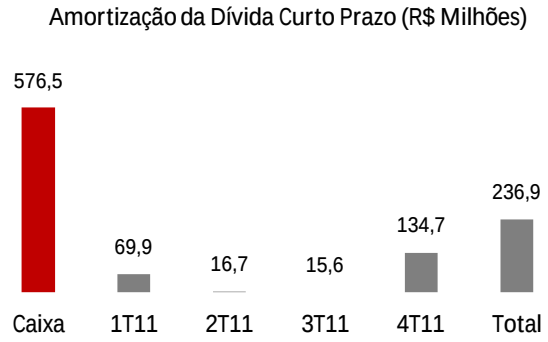
Estrutura de Capital

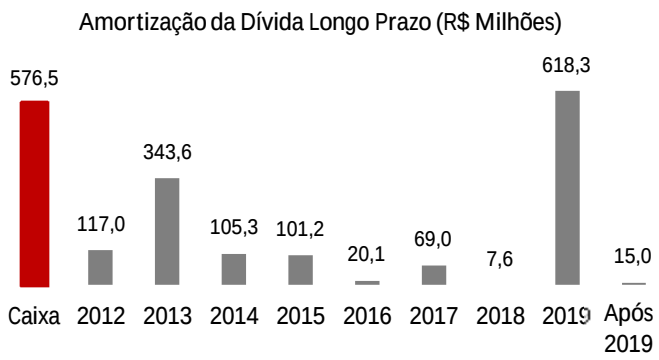
O Minerva terminou o ano de 2010 com saldo em caixa de R$ 576,5 milhões e perfil de dívida concentrado no longo prazo. O Minerva possui a política de manter uma pequena parcelas dos passivos no curto prazo, ter a proporção de dívida denominada em moeda estrangeira igual à participação das exportações no seu faturamento e manter um colchão de caixa equivalente a dois meses de compra de insumos. Em 31/12/10, 85,5% da dívida estavam concentradas no longo prazo e 48,5% dos empréstimos estavam contabilizados em moeda estrangeira. O indicador Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses reduziu-se para 3,97x, comprovando o processo de desalavancagem em curso na Companhia.

R$ milhões	4T10	3T10	Var. %	4T09	Var. %
Dívida de Curto Prazo	236,9	101,4	133,6%	291,1	-18,6%
% Dívida de Curto Prazo	14,5%	7,0%	7,5 p.p	23,8%	-9,3 p,p
Moeda Nacional	172,4	31,2	451,8%	79,9%	115,8%
Moeda Estrangeira	64,5	70,2	-8,1%	211,2	-69,5%
Dívidas de Longo Prazo	1.397,2	1.339,9	4,3%	932,3	49,9%
% Dívida de Longo Prazo	85,5%	93,0%	-7,4 p.p	76,2%	9,3 p.p
Moeda Nacional	670,3	529,8	26,5%	345,0	94,3%
Moeda Estrangeira	726,8	810,1	-10,3%	587,3	23,8%
Dívida Total	1.634,0	1.441,3	13,4%	1.223,4	33,6%
Moeda Nacional	842,7	561,0	50,2%	424,9	98,3%
Moeda Estrangeira	791,3	880,3	-10,1%	798,5	-0,9%
(Disponibilidades)	(576,5)	(472,7)	22,0%	(424,0)	36,0%
Dívida Líquida	1.057,6	968,6	9,2%	799,4	32,3%
Divida Liquida/EBITDA Ajustado	3,97x	4,23x	-0,3x	4,28x	-0,5x

MOEDA NACIONAL		
	4T10	3T10
4T10	-	4.357
1T11	33.460	11.488
2T11	7.435	5.771
3T11	9.695	9.627
4T11	121.811	8.442
2012	93.101	63.902
2013	319.793	205.304
2014	96.090	93.376
2015	97.161	87.994
2016	20.116	24.077
2017	14.907	13.580
2018	7.571	7.995
2019	6.580	7.493
2020	6.580	7.493
2021	6.104	7.334
2022	2.339	2.795
Total	842.743	561.030

MOEDA ESTRANGEIRA		
	4T10	3T10
4T10	-	35.826
1T11	36.411	24.047
2T11	9.230	-
3T11	5.950	10.265
4T11	12.900	6.471
2012	23.893	100.885
2013	23.772	19.428
2014	9.256	4.591
2015	4.081	2.266
2016	-	-
2017	54.125	265.324
2018	-	-
2019	611.681	411.143
2020	-	-
2021	-	-
2022	-	-
Total	791.297	880.264



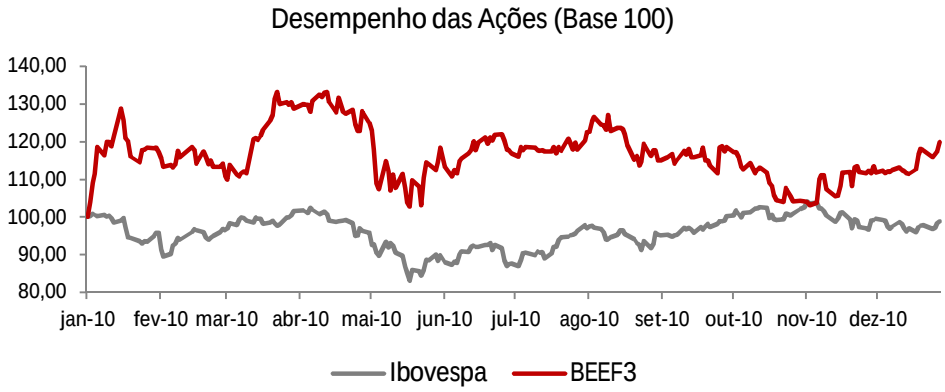


Retorno sobre Capital Investido

O ROIC em 2010 foi de 18,2%, contra 10,9% em 2009. A melhoria do índice demonstra eficiência na gestão de riscos e de projetos da companhia e a busca constante para agregar valor ao acionista.

Em % a.a.	2010	2009
ROIC	18,2%	10,9%

Performance das Ações e Bonds



No gráfico acima podemos observar o desempenho das ações do Minerva em 2010. As ações da Companhia se valorizaram 19,73% em 2010. O Ibovespa valorizou 1,04% no período. A performance das ações do Minerva foi a melhor do setor em 2010.

Investimentos

Hoje, o Minerva possui um dos mais modernos parques industriais do setor. A maior parte do Capex de expansão orgânico programado já foi realizada e se inicia agora uma fase de crescimento, com a maturação destes investimentos. Os investimentos realizados em 2010 totalizaram R$ 206 milhões, dos quais R$ 50 milhões sem efeito caixa referentes ao aumento de participação na MDF. Os investimentos foram:

- MDF: Aquisição de 30% de participação adicional
- Implantação dos centros de distribuição de Viana-ES, Brasília-DF e Bauru-SP.
- Rolim de Moura: preparação para início de operação
- Palmeiras de Goiás: implantação da planta de produção de biodiesel
- Campina Verde: reforma na linha de abate e câmaras frias
- Goianésia: melhorias na linha de abate e tratamento de efluentes
- Araguaína: readequação da linha de abate e miúdos
- José Bonifácio: ampliação da linha de abate e desossa
- Barretos: automação das operações
- Batayporã: reforma na linha de abate e desossa
- Palmeiras de Goiás: adequação na linha de abate e desossa
- Confinamento: Melhorias na estrutura
- Investimentos gerais na Divisão de Boi Vivo
- Investimentos gerais de manutenção em todas as unidades produtivas
- Implantação do SAP
- Implantação de novos sistemas gerencias

Eventos Subsequentes

Aquisição do Frigorífico Pul no Uruguai

O Minerva celebrou em 18 de janeiro de 2011 uma Promessa de Contratar Sujeita a Condições estipulando as linhas gerais para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da PULSA S.A. (Frigorifico Pul), no Uruguai, detentora de uma unidade de abate e desossa localizada na província de Cerro Largo, próxima à capital Melo. A transação, quando finalizada, terá valor total aproximado de US$ 65.000.000,00, incluídos os investimentos em modernização e expansão. Parte do pagamento da aquisição (cerca de US$14 milhões) deverá ser realizada através da emissão e transferência de 2.704.000 ações BEEF3 ao preço unitário de R$8,75.

O Frigorífico Pul terá uma capacidade de abate total de 1.400 cabeças por dia, após conclusão de investimentos em curso. Está entre os três maiores do Uruguai, com um faturamento projetado para 2011 na faixa de US$125 milhões a US$145 milhões, sendo 85% das vendas direcionadas a exportação para mais de 40 mercados.

Está localizado em uma região privilegiada do Uruguai, com acesso a um plantel de mais de 2 milhões de cabeças em um raio de 200 km de distância, em sua maioria Hereford e Angus. Possui certificações ISO 9000, ISO 22000, aprovação de carne orgânica para União Européia e Estados Unidos e permissão de uso do Selo USDA para os Estados Unidos.

Emissão do Programa de ADRs

O Minerva aprovou, em 21 de fevereiro de 2011, o lançamento do Programa de American *Depositary Receipts – ADRs* Nivel I ("Programa de ADRs").

Os objetivos do Minerva com o Programa de ADRs são aumentar a liquidez das ações do Minerva, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, acessar mais facilmente os investidores norte americanos, valorizar as ações da companhia e aumentar a visibilidade do Minerva no mundo.

Relatório da Administração *Resultados 2010*

Sobre o Minerva S.A

O Minerva S.A. é um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne bovina, couro, exportação de boi vivo e derivados, está entre os três maiores exportadores brasileiros do setor em termos de receita bruta de vendas, comercializando seus produtos para cerca de 100 países, além de atuar também no segmento de processamento de carne bovina, suína e de aves. A Companhia tem uma capacidade diária de abate de 8.940 cabeças de gado e de desossa de 1.730 toneladas de carne bovina, equivalente a aproximadamente 10.900 cabeças. Presente nos estados de São Paulo, Rondônia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e no Paraguai, o Minerva opera nove plantas de abate e desossa, um curtume e sete centros de distribuição, Nos últimos doze meses findos em dez/10, a Companhia apresentou uma Receita Líquida de vendas de R$ 3,2 bilhões, representando crescimento de 31,0% em relação à Receita dos últimos doze meses do ano anterior.

Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento do Minerva. Essas considerações são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios do Minerva Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Companhia e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. Todas as fontes foram citadas e a elaborações foi feita pelo MINERVA SA.

ANEXO 1 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (CONSOLIDADO)

	2010	2009	Var. %
Receita de vendas internas	1.196.427	898.436	33,2%
Receita de venda para o exterior	2.373.738	1.873.966	26,7%
Receita Bruta de vendas	3.570.165	2.772.402	28,8%
Deduções e abatimentos	(161.960)	(170.283)	-4,9%
Receita líquida de vendas	3.408.205	2.602.119	31,0%
Custo das mercadorias vendidas	(2.758.349)	(2.131.840)	29,4%
Valor do ativo biológico	(1.860)	1.642	-213,3%
Lucro Bruto	647.996	471.921	37,3%
Com vendas	(355.068)	(266.468)	33,2%
Administrativas e gerais	(71.187)	(62.271)	14,3%
Despesas financeiras	(266.069)	(263.703)	0,9%
Receitas financeiras	29.825	53.501	-44,3%
Variação Cambial	(4.151)	135.110	-103,1%
Outras receitas (despesas) operaciona	(4.895)	121	-4145,5%
Receitas (despesas) operacionais	(671.545)	(403.710)	66,3%
Lucro Operacional	(23.549)	68.211	-134,5%
Lucro antes dos impostos diferidos	(23.549)	68.211	-134,5%
IR e contribuição social - corrente	(1.524)	(9.564)	-84,1%
IR e contribuição social - diferido	45.948	14.208	223,4%
Participação minoritária	2.023	45	4395,6%
Lucro líquido do período	22.898	72.900	-68,6%
EBITDA	266.188	186.800	42,5%
Margem EBITDA	7,8%	7,2%	0,6 p.p

ANEXO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Ativo	31.12.10	31.12.09
Ativo circulante		
Caixa e bancos	576.464	424.009
Contas a receber de clientes	79.780	198.682
Estoques	233.378	271.788
Impostos a recuperar	330.267	304.492
Créditos Diversos	72.592	18.632
Tributos Diferidos	11.821	-
Total do ativo circulante	1.304.302	1.217.603
Ativo não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	6.241	19.319
Impostos a recuperar	109.106	38.624
Impostos Diferidos	50.731	3.445
Outros créditos	12.059	8.606
Depósitos judiciais	13.353	9.470
Realizável a longo prazo	191.490	79.464
Imobilizado Líquido	950.650	773.335
Intangível	181.908	15.754
Permanente	1.132.558	789.089
Total do ativo não circulante	1.324.048	868.553
Total do ativo	2.628.350	2.086.156

Passivo	31.12.10	31.12.09
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	236.891	291.071
Fornecedores	232.174	196.199
Obrigações fiscais e trabalhistas	41.994	39.444
Outras contas a pagar	29.723	7.783
Total do passivo circulante	540.782	534.497
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.397.150	932.302
Tributos diferidos	55.829	43.527
Obrigações fiscais e trabalhistas	53.980	29.334
Provisão para contigências	34.978	20.961
Partes relacionadas	-	-
Outras contas a pagar	5.358	-
Total do passivo não circulante	1.547.295	1.026.124
Acionistas não controladores	33.779	670
Capital social	251.642	247.728
Ações em tesouraria	184.367	304.643
Reserva de capital	78.335	81.283
Reserva de reavaliação	31.375	-
Ajustes acumulados de conversão	-	(105.587)
Reserva de lucros	(10.132)	(1.755)
Lucros acumulados	(29.093)	(1.447)
Patrimônio líquido	506.494	524.865
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.628.350	2.086.156

ANEXO 3 - FLUXO DE CAIXA (CONSOLIDADO)

Fluxo de caixa	2010	2009
Fluxo de caixa de Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	22.898	72.900
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	28.819	43.452
Valor Justo de Ativos Biológicos	1.860	(1.642)
Impairment de ágio	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-
Realização dos tributos diferidos - diferenças temporárias	(45.948)	(13.087)
Realização dos tributos diferidos - reavaliação de ativos	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Encargos financeiros	130.718	130.101
Variação cambial não realizada	(57.738)	(251.010)
Provisão para contingências	14.017	(2.109)
Contas a receber	118.902	18.352
Estoques	36.550	26.814
Tributos a recuperar	(96.783)	(44.232)
Contas a receber de partes relacionadas	18.436	(1.021)
Créditos diversos	(57.413)	(9.192)
Fornecedores	35.975	55.491
Obrigações trabalhistas e tributárias	27.196	20.943
Provisão para perdas em investimentos	-	-
Depósitos judiciais	(3.883)	(6.145)
Contas a pagar	21.940	(29.208)
Caixa Aplicado nas atividades Operacionais	195.546	10.407
Fluxo de caixa de Operações de Investimentos		
Intangível	(166.166)	(305)
Acréscimo do imobilizado	(206.122)	(146.851)
Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos	(372.288)	(147.156)
Fluxo de Caixa de Atividades Financeiras		
Amortização de empréstimos	(787.506)	(600.231)
Encargos financeiros liquidados	(126.665)	(106.119)
Ingressos de empréstimos	1.251.899	640.709
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	337.728	(65.641)
Das atividades de financiamento com acionistas		
Variação na participação de minoritários	33.109	347
Ajuste para conversão de balanços	(35.194)	(2.832)
Realização da reserva de reavaliação	(3.805)	3.345
Dividendos a pagar	(6.555)	-
Integralização do capital social	3.914	158.999
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(8.531)	159.859
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	152.455	(42.531)
Caixa e equivalentes caixa		
No início do exercício	424.009	466.540
No fim do exercício	576.464	424.009
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	152.455	(42.531)

MINERVA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E
CONSOLIDADAS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

Notas Explicativas

MINERVA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Minerva S.A.é uma companhia de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores de São Paulo. As principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; venda e exportação de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas eexportação de boi vivo.

Controladora

A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos (SP), com unidades de produção nas cidades de José Bonifácio (SP), Palmeiras de Goiás (GO), Batayporã (MS), Araguaína (TO), Goianésia (GO), Barretos (SP) e Campina Verde (MG).Os centros de distribuição para o mercado interno estão localizados nas cidades de Palmeiras (GO), Brasília (DF), Viana(ES), Itajaí (SC), São Paulo,Araraquara (SP) e Bauru (SP), atendendo os Estado de Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e partes dos Estados de Minas Gerais e Paraná.

Em 31 de dezembro de 2010, o parque industrial da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 8.940 cabeças de bovinos e de desossa de 1.890 toneladas, estando em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 Continentes. Todas as suas dependências são aprovadas para exportação. A unidade de Barretos conta com uma linha de industrialização de carnes (*cubed beef e roast beef)*, principalmente para exportação.

Controladas

- Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.: localizada em Rolim de Moura (RO), atua em processamento de carnes e em julho de 2010 começou o abate de bovinos.

- Minerva Dawn Farms S.A.: localizada em Barretos (SP), produz e comercializa produtos à base de carne bovina, suínos e frangos. Possui produção para escalas diversas que visam abastecer a demanda nacional e mundial por produtos para o segmento de *Food Services.* As atividades da controlada foram iniciadas em 2009 e, atualmente, existe a expectativa de que cerca de 70% dos produtos serão comercializados no mercado externo.

- Friasa S.A.: localizada em Assunção – Paraguai, opera como frigorífico, abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo.

Notas Explicativas

- Minerva Overseas I:trata-se de uma controlada criada em 2006 para o recebimento do Bonds no montante de U$D200.000 mil,efetivado em janeiro de 2007. A Empresa foi constituída com o propósito específico (EPE) de emissão do referido "Bonds", não existindo quaisquer outras operações nessa controlada.

- Minerva Overseas II:trata-se de um controlada criada em 2010, para o recebimento do Bonds no montante de U$D250.000 mil, efetivado em janeiro de 2010.A Empresa foi constituída com o propósito específico (EPE) de emissão do referido "Bonds", não existindo quaisquer outras operações nessa controlada.

- Eurominerva Comércio e Exportação Ltda: sediada em Barretos (SP), é uma *joint venture*, constituída para exportar boi vivo para o mercado externo.

- Minerva Beef:trata-se de uma controlada constituída com o intuito de captação de recursos.

- Minerva Middle East:trata-se de um escritório localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia.

- Transminerva Ltda: localizada em Barretos (SP), é a transportadora criada para atender à Companhia e reduzir gastos com fretes dentro do país.

- Brascasing Comercial Ltda.: localizada em José Bonifácio (SP), opera no ramo de beneficiamento de tripa e atua no mercado interno e externo.Trata-se de uma "joint venture", para qual a Companhia, em atendimento aos preceitos definidos no CPC 26, aplica o método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, com base em sua participação. As práticas e estimativas contábeis adotadas nessa controlada em conjunto, são idênticas às utilizadas pela Companhia.

- As demais controladas, Minerva Itália, Loin Investments, Minerva Log e Livestock, foram constituídas ou adquiridas com objetivo de desenvolver novos mercados para os produtos Minerva e para capitação de recursos, encontrando-se em 31 de dezembro de 2010 em fase pré-operacional.

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras consolidadas:

	Participação percentual		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Minerva Industria e Comércio de Alimentos S.A.	98,00%	98,00%	98,00%
Minerva Dawn Farms S.A.	80,00%	50,00%	50,00%
Friasa S.A.	92,00%	70,00%	70,00%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%	100,00%
Eurominerva Comércio e Exportação Ltda.	50,00%	50,00%	50,00%
Minerva Beef	100,00%	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%
Brascasing Comercial Ltda.	50,00%	50,00%	50,00%
Minerva Itália	100,00%	0,00%	0,00%
Loin Investments	100,00%	0,00%	0,00%
Minerva Log	100,00%	0,00%	0,00%
Livestock	42,00%	0,00%	0,00%

Notas Explicativas

2. AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS E PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES

Em 1º de outubro de 2010, a Companhia obteve o controle da Minerva Dawn Farms, produtora e comercializadora de produtos à base de carne bovina, suínos e frangos, ao adquirir o direito de subscrição de 18.000 mil novas ações e capital votante dessa controlada. Como resultado, a participação acionária da Companhia na Minerva Dawn Farms aumentou de 50% para 80% do capital social votante .

A aquisição de controle da Minerva Dawn Farms permitirá a Companhia capturar sinergia administrativa e comercial junto à controladora, reduzindo despesas administrativas além de crescimento das vendas no mercado interno, com a utilização do canal de venda das distribuidoras já existentes na Companhia, e também maior autonomia e rapidez nas tomadas de decisões.

O valor do negócio, que ocasionou a obtenção do controle da Minerva Dawn Farms pela Companhia, foi realizado pelo montante de R$60.000 mil, correspondente a subscrição de 18.000 mil novas ações. O valor pago pelo direto de subscrição das novas ações está fundamentado pelo valor econômico da Minerva Dawn Farms na data da operação, e o ágio total (excesso) gerado no montante de R$ 42.000 mil, está demonstrado abaixo.

No 4º trimetre de 2010, a Minerva Dawn Farms contribuiu com uma receita de aproximadamente R$27.000 mil e prejuízo aproximado de R$8.000 mil.

A seguir, são resumidos as contraprestações transferidas na data de aquisição de mais 30% da participação societária da controlada:

Contraprestação transferida	
Em milhares de reais	
Pelo direito subscrição de novas ações	42.000
Subscrição de novas ações na Minerva Dawn Farms	18.000
Total da contraprestação transferida	60.000

A seguir apresentam-se as avaliações dos ativos identificáveis adquiridos na combinação:

Ativos identificáveis - imobilizado	
Em milhares de reais	
Valor contábil	85.432
Mais valia	3.887
Valor justo imobilizado	89.319

O valor justo do ativo imobilizado foi determinado com base em laudo elaborado por perito avaliador independente.

Notas Explicativas

Determinação do Ágio por rentabilidade futura (***Goodwill***)

Nos termos definidos no CPC 15 (IFRS 3), a transação de aquisição de mais 30% de participação societária, na até então entidade controlada em conjunto, representa uma "combinação de negócios realizada em estágios". Conforme determinado na referida norma, quando da realização de uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve reavaliar sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data de aquisição e deve reconhecer no resultado do exercício o "ganho" ou "perda" gerado nessa combinação de negócios. Adicionalmente, a Companhia optou, conforme recomendado nas referidas normas, por registrar a "participação de não controladores" na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida

O valor justo da controlada, considerando a reavaliação da participação anteriormente detida pela Companhia e pelo registro do valor justo da participação de não controladores, foi determinado conforme abaixo:

Em milhares de reais	
Capital social da adquirida antes da aquisição	12.000
Aumento do capital social pelo direito de subscrição efetuado pela adquirente	18.000
Ágio pago pela adquirente pelo direito de subscrição	42.000
Participação não controladores (goodwill + mais valia ativos identificáveis)	34.000
Ágio rentabilidade futura - participação pré existente da adquirente	90.890
Mais valia dos ativos identificáveis da adquirente	3.110
Valor justo Minerva Dawn Farms	200.000

No balanço patrimonial individual da Companhia, os ágios acima demonstrados estão classificados como ativo intangível e sua amortização, assim como nas demonstrações financeiras consolidadas, não é realizada. Este ágio, por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*, se sujeita ao teste anual de recuperabilidade, para atendimento ao CPC 01 e aos IAS 36 e 38.

O ágio atribuído pela rentabilidade futura (*goodwill*) e a mais valia dos ativos identificáveis da participação pré-existentes, foram reconhecidos no exercício, conforme demonstrado
abaixo:

Em milhares de reais	Nota	
Ágio rentabilidade futura participação pré existente da adquirente		90.890
Mais valia dos ativos identificáveis da adquirente pré existente		1.944
		92.834

Notas Explicativas

Nenhuma parte do ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, para o caso das demonstrações financeiras consolidadas, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial, nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS são avaliados pelo "custo" ou "valor justo".

Cabe destacar que, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado das demonstrações financeiras consolidadas em comparação com o patrimônio líquido e resultado das demonstrações financeiras individuais (controladora).

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas pela Companhia, de acordocom as IFRS, nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Os impactos da transição para as normas IFRS na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, bem como o desempenho financeiro e os fluxos de caixa está apresentada na nota explicativa 5.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03/03/2011.

a. <u>Base de mensuração</u>

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos até o vencimento mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentesàs políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 20 - contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil;
- Nota 28 - (instrumentos financeiros) – classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 28 - (instrumentos financeiros) – classificação de instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Notas Explicativas

- Nota 14 – definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade;
- Nota 11 e 19 – imposto de renda diferido;
- Nota 21 – provisões e contingências;
- Nota 28 – valorização de instrumentos financeiros e derivativos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do IFRS e normas do CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto àsua recuperabilidade, na data de transição, conforme descrito na nota explicativa 15.

i. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Notas Explicativas

ii. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle e/ou controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle e/ou controle compartilhado, deixa de existir.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

c. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado.

d. Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.Vide nota explicativa nº 7 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

e. Instrumentos financeiros

Conforme Ofício Circular da CVM 03/2009, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

(i) Ativos financeiros não derivativos

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

- Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Notas Explicativas

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga,a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para a Reserva de Capital.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Notas Explicativas

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda ("*Non Deliverable Forward* - NDF"), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

f. Contas a receber

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

h. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to market - MtM*".

Notas Explicativas

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Cabe destacar que, a Companhia e suas controladas contrataram peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens, para confronto com os valores registrado contabilmente, não tendo sido identificada variações relevantes que justificassem o registro e controle desta mais valia, o que foi resultante para decisão da Administração em não registrar o custo atribuído (*deemed cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear. com basenas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Notas Explicativas

	A partir de 01.01.10	A partir de 01.01.09
Edifícios	8,16% a 20,88%	4%
Máquinas e equipamentos	5,76% a 8,48%	10%
Móveis e utensílios	7,63% a 10%	10%
Veículos	11,40% a 20,0%	20%
Hadware	6,67% a 20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na nota explicativa nº 23, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, e são depreciados pelo prazo entre a vida útileconômica estimada dos bens. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

k. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio

O ágioresultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras controladora o ágio faz parte do custo do investimento.

Notas Explicativas

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

O ágio ou ganho de barganha determinado na aquisição de um investimento é classificado em duas categorias: (i) como investimento quando decorrente da mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos e (ii) como ativo intangível quando decorrente de expectativa de rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra. Anualmente é feita uma análise quanto à capacidade de recuperação desse ágio. O ganho de barganha é amortizado somente quando da alienação do investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio decorrente da mais-valia de ativos é alocado aos ativos e passivos que lhe deram origem.

Quando ocorre a incorporação de investimento que deu origem ao ágio, o ágio decorrente do diferencial do valor de mercado dos ativos e passivos passa a integrar as contas dos ativos ou passivos que lhe deram origem. O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura que remanescer é classificado no ativo intangível.

Conforme determinado pela Deliberação CVM nº 565/08 o ágio por expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2009.

I. Avaliação do valor recuperável de ativos ("***Impairment test***")

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos não financeiros

Notas Explicativas

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de determinada unidade geradora de caixa, é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente , ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável ao menos uma vez ao ano, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas,e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 12 %, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindosdas atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e para divulgação, onde o custo supera o benefício. Para os ativos e passivos a longo prazo, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

o. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q. Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento.

r. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e, a Companhia e suas controladas não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

Notas Explicativas

s. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 23..

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

u. Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

v. Demonstração do valor adicionado

A companhia elaborou demonstração dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

5. ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Como relatado na nota explicativa 3, estas são as primeiras demonstrações financeiras do Grupo preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 4, foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição do Grupo).

Notas Explicativas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Notas Explicativas

Reconciliação do Patrimônio Líquido em 01.01.2009

		Balanço de abertura - 01.01.2009					
		Controladora					
	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs / IFRS	Nota	BR GAAP	Ajus
Ativo Circulante		1.139.656	(1.020)	1.138.636		1.195.747	(1.0
Disponibilidades		441.979	-	441.979		466.540	
Créditos		9.953	526	10.479		13.690	5
Outros	(a)	687.724	(1.546)	686.178	(a)	715.517	(1.5
Ativo Não Circulante		818.534	3.445	821.979		808.726	3.4
Ativo realizável a longo prazo	(e)	178.402	3.445	181.847	(e)	123.341	3.4
Ativo permanente		640.132	-	640.132		685.385	
Ativo total		1.958.190	2.425	1.960.615		2.004.473	2.4
Passivo Circulante		541.348	-	541.348		565.546	
Outros passivos		541.348	-	541.348		565.546	
Passivo Não Circulatne		1.116.540	12.414	1.128.954		1.138.302	12.4
Passivo exigível a longo prazo	(c)	1.116.540	12.414	1.128.954	(c)	1.138.302	12.4
Particip. de não controladores		-	-	-		323	
Patrimônio Líquido	(a) /(b) /(c) /(e)	300.302	(9.989)	290.313	(a) /(b) /(c) /(e)	300.302	(9.9
Passivo Total		1.958.190	2.425	1.960.615		2.004.150	2.4

JUR_

Notas Explicativas

Reconciliação de Patrimônio Líquido em 01.01.2009

		Balanço de abertura - 31.12.2009					
		Controladora					
	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com IFRS/CPCs	Nota	BR GAAP	Ajustes
Ativo Circulante		1.153.290	1.642	1.154.932		1.215.961	1.642
Disponibilidades		397.556	-	397.556		424.009	-
Créditos		16.897	-	16.897		18.632	-
Outros	(a)	738.837	1.642	740.479	(a)	773.320	1.642
Ativo Não Circulante		886.091	11.653	897.744		856.852	11.701
Ativo realizável a longo prazo	(e)	154.023	3.445	157.468		76.019	3.445
Ativo permanente	(b)	732.068	8.208	740.276	(b)	780.833	8.256
Ativo total		2.039.381	13.295	2.052.676		2.072.813	13.343
Passivo Circulante		494.920	-	494.920		534.497	-
Outros passivos		494.920	-	494.920		534.497	-
Passivo Não Circulatne		1.017.744	15.147	1.032.891		1.010.977	15.147
Passivo exigível a longo prazo	(e)	1.017.744	15.147	1.032.891	(e)	1.010.977	15.147
Particip. de não controladores		-	-	-	(b)	622	48
Patrimônio Líquido	(a) / (b) / (e)	526.717	(1.852)	524.865	(a) / (b) / (e)	526.717	(1.852
Passivo Total		2.039.381	13.295	2.052.676		2.072.813	13.343

Notas Explicativas

Custo dos produtos vendidos	(2.046.777)	-	(2.046.777)
Valor justo dos ativo biológico	-	1.642	1.642
Lucro bruto	460.428		462.070
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(255.500)	-	(255.500)
Administrativas, comerciais e gerais	(49.523)	-	(49.523)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, equivalência patrimonial e impostos	155.405		157.047
Despesas financeiras	(288.540)	5.883	(282.707)
Receitas financeiras	41.984	-	41.984
Variação cambial	130.379	-	130.379
Receita (despesas) financeiras líquidas	(116.177)		(110.344)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	18.750	2.375	21.125
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	57.978		67.828
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.136)		(9.136)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16.941	(2.733)	14.208
Resultado antes da participação dos minoritários	65.783		72.900
Lucro do exercício	65.783		72.900
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores	65.783		72.900
Acionistas não controladores	-		-
Resultado do exercício	65.783		72.900

Despesas administrativas e gerais		(62.271)	-	(62.271)
Outras receitas (despesas) operacionais		121	-	121
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, equivalência patrimonial e impostos		141.661		143.303
Despesas financeiras		(271.959)	8.256	(263.703)
Receitas financeiras		53.501	-	53.501
Variação cambial		135.110	-	135.110
Receita (despesas) financeiras líquidas		(83.348)		(75.092)
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		58.313		68.211
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(9.564)	-	(9.564)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(e)	16.941	(2.733)	14.208
Resultado antes da participação dos minoritários		65.690		72.855
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores		65.690		72.855
Acionistas não controladores		93	(48)	45
Lucro do exercício		65.783		72.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparados de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2), o qual é consistente com os requerimentos do IAS 7. Consequentemente, não existem diferenças materiais entre a demonstração de fluxo de caixa apresentado sob as IFRS e a demonstração de fluxos de caixa apresentada sob as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Índice para a nota de reconciliação

a. Remensuração de ativos biológicos
b. Custos de capitalização de empréstimos
c. Imposto de renda diferido sobre mais valia de terrenos reavaliados
d. Participação de não controladores
e. Imposto de renda diferido e contribuição social sobre diferenças temporárias

a. Remensuração de ativos biológicos

De acordo com as normas IFRS, ativos biológicos são avaliados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Sob as práticas contábeis anteriormente adotadas, ativos biológicos eram avaliados pelo custo.

Em milhares de reais	1 ° de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Demonstração do resultado consolidada		
Valor justo dos ativos biológicos	-	3.188
Realização do valor justo		(1.546)
Ajuste antes do imposto de renda e contribuição social	-	1.642
Balanço patrimonial consolidada		
Ativos biológicos	(1.546)	3.188
Efeitos tributários relacionados	526	(558)
	-	
	(1.020)	2.630

b. Custos de capitalização de empréstimos

Sob as práticas contábeis anteriormente adotadas, a Companhia e suas controladas registravam os custos de empréstimos como incorridos. Na data de transição, a Administração da Companhia optou por capitalizar custos de empréstimos apenas com relação a ativos qualificáveis, para os quais a data de início para capitalização foi a partir da data de transição.

Sobre os custos de empréstimos reconhecidos nas controladas, foi apurado um efeito de participação não controladores de R$ 48 no consolidado.

Notas Explicativas

Controladora

Em milhares de reais	31 de dezembro de 2009
Demonstração do resultado individual	
Despesas financeiras	5.883
Ajuste antes do imposto de renda e contribuição social	5.883
Balanço patrimonial indivdual	
Ativo imobilizado	
Obras em andamento	5.883
Efeitos tributários relacionados	(1.983)
Ajustes nos lucros acumulados	3.900

Consolidado

Em milhares de reais	31 de dezembro de 2009
Demonstração do resultado consolidada	
Despesas financeiras	8.256
Ajuste antes do imposto de renda e contribuição social	8.256
Balanço patrimonial consolidada	
Ativo imobilizado	
Obras em andamento	8.256
Efeitos tributários relacionados	(1.983)
Ajustes nos lucros acumulados	6.273

c. Imposto de renda diferido sobre terrenos reavaliados

Anteriormente a Companhia registrou reavaliação sobre ativos não depreciáveis, terrenos, mas não contabilizou os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente à época. Desta maneira, em conformidade com o IAS 12 e CPC 32, a Companhia efetuou o lançamento contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação (que pode ser por meio de conta retificadora para controle fiscal) e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social, no passivo não circulante.

Notas Explicativas

d. Participação de não controladores

Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado.

Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

e. Imposto de renda diferido e contribuição social sobre diferenças temporárias

As alterações apresentadas anteriormente reduziram (aumentaram) o ativo/passivo fiscal diferido, com base em uma alíquota de imposto de 34 por cento.

O efeito sobre a demonstração de resultado com inclusão de todos os acréscimos e decréscimos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foi a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social relatada anteriormente para o período, em R$ 2.733.

6. NOVOS IFRS E INTERPRETAÇÕES DO IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

  Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas
Minerva S.A.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

  - IFRS 3 – Combinação de negócios.
  - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
  - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Em março de 2007, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade - (International Accounting Standards Board – IASB) emitiu uma versão revisada da Norma Internacional de Contabilidade (International Accounting Standard – IAS) 23, que requer a capitalização de custos com empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado. Esta norma deverá ser aplicada nos exercícios iniciados em 1° de janeiro de 2009.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa	340	191	161	791	255	225
Bancos conta movimento	40.874	100.355	60.218	51.322	104.207	78.220
Disponibilidades em moedas estrangeiras	99.742	27.628	64.718	99.742	27.683	64.824
	140.956	128.174	125.097	151.855	132.145	143.269

Notas Explicativas
Minerva S.A.

Aplicações Financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Aplicações financeiras						
Em moeda nacional:						
Certificado depósito bancário - CDB	216.786	186.786	148.491	235.996	209.268	162.057
Debêntures	25.056	70.565	-	25.275	70.565	47.647
Títulos de capitalização	1.015	-	1.010	1.015	-	1.010
Fundo de investimento	6.825	12.031	105.342	6.825	12.031	50.518
LCA	40.321	-	-	40.321	-	
Em moeda estrangeira:						
Certificado depósito bancário - CDB	-	-	62.039	115.177	-	62.039
	290.003	269.382	316.882	424.609	291.864	323.271

O s ativos financeiros da Companhia e suas controladas foram classificados conforme suas características e intenção da Companhia em (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponível para venda e (iv) empréstimos e recebíveis, de acordo com a tabela abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	288.987	269.382	315.872	423.593	291.864	322.261
Mantidos até o vencimento	1.015	-	1.010	1.015	-	1.010
	290.002	269.382	316.882	424.608	291.864	323.271

Notas Explicativas
Minerva S.A.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Duplicatas a receber - mercado interno	18.877	51.836	46.550	26.674	55.501	50.357
Duplicatas a receber - mercado externo	30.637	134.466	166.450	59.782	147.978	175.509
Duplicatas a receber - partes relacionadas	2.725	3.298	-	-	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.645)	(4.797)	(7.592)	(6.676)	(4.797)	(8.832)
	46.594	184.803	205.408	79.780	198.682	217.034

A Companhia possui contratos de venda de recebíveis de exportação sem direito de regresso, tendo como custo Libor + Spread.

Contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		
	31.12.10	31.12.10	01.01.09
A vencer:	28.437	155.204	111.465
Vencidas:			
Até 30 dias	2.827	8.744	53.394
De 31 a 60 dias	9.826	1.424	18.118
De 31 a 90 dias	2.813	2.204	6.014
De 91 a 180 dias	8.336	22.024	24.009
	52.239	189.600	213.000

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.10	01.01.09
A vencer:	39.465	161.005	112.635
Vencidas:			
Até 30 dias	7.806	10.306	55.055
De 31 a 60 dias	15.086	1.770	18.631
De 31 a 90 dias	4.574	2.440	6.175
De 91 a 180 dias	19.525	27.958	33.371
	86.456	203.479	225.866

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(7.592)	(8.832)
Créditos provisionados	(5.535)	(5.535)
Créditos recuperados	3.133	4.373
Créditos baixados	5.912	5.912
Variação cambial	(715)	(715)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(4.797)	(4.797)
Créditos provisionados	(1.918)	(2.949)
Créditos recuperados	170	170
Créditos baixados	1.067	1.067
Variação cambial	(167)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(5.645)	(6.676)

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. Para atenuar esse risco, essas operações apresentam um seguro de crédito contratado junto a duas seguradoras cobrindo 90% do valor dos recebíveis vendidos. Os beneficiários das apólices de seguro são as instituições financeiras.

A Companhia não possuí nenhuma garantia para os títulos em atraso

9. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Produtos acabados	175.317	139.319	178.373	191.703	145.250	186.426
Matérias-primas	-	-	-	6.533	2.511	-
Almoxarifados e materiais secundários	39.438	38.120	22.060	42.403	41.113	22.722
Provisao para obsolecencia dos estoques (b)	(77.068)			(77.068)		
	137.687	177.439	200.433	163.571	188.874	209.148

Notas Explicativas
Minerva S.A.

Foi constituída uma provisão para fazer face à possível obsolescência de itens do estoque de almoxarifado e materiais secundários e, parar alguns estoques atrelados a pedidos de vendas para exterior, que ficaram armazenados em portos de transbordo e posteriormente retornaram ao Brasil, os quais encontram-se em data próxima do seu prazo de validade, tendo sido reconhecido pela Companhia provisão para obsolescência desses estoques .

10. ATIVO BIOLÓGICO

As entidades que possuem atividades agrícolas, tais como: aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to market* - MtM", no mínimo durante os encerramentos de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do exercício.

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas integralmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos, e encontram-se representados conforme abaixo:

Notas Explicativas
Minerva S.A.

	Rebanho
	Controladora e Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009	86.266
Aumento devido a aquisições	278.179
Diminuição devido a vendas	(281.048)
Aumento líquido devido aos nascimentos (mortes)	(2.321)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	1.838
Saldo em 31 de dezembro de 2009	82.914
Aumento devido a aquisições	355.636
Diminuição devido a vendas	(372.331)
Aumento líquido devido aos nascimentos (mortes)	(3.452)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	7.040
Saldo em 31 de dezembro de 2010	69.807

Em 31 de dezembro de 2010, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 30.147(32.808 em 31 de dezembro de 2009 e 35.481 em 1º de janeiro de 2009) bois magros e20.220 (31.190 em 31 de dezembro de 2009 e 32.829 em 1º de janeiro de 2009) bois gordos.

Notas Explicativas
Minerva S.A.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
PIS - Programa de Integração Social	40.492	21.360	21.384	41.063	21.622	22.665
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	190.718	101.996	97.993	199.599	105.896	103.888
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	140.621	155.180	147.856	153.240	164.382	147.981
Imposto de Renda e CSLL	44.441	50.401	21.300	44.990	50.800	24.123
IVA - Índice de Valor Adicionado	-	-	-	481	416	227
	416.272	328.937	288.533	439.373	343.116	298.884
Circulante	317.387	295.323	194.071	330.267	304.492	201.523
Não circulante	98.885	33.614	94.462	109.106	38.624	97.361

COFINS E PIS

Os créditos da Cofins e do PIS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a nãocumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Atualmente, a Companhia aguarda o término da fiscalização para homologação pela Receita Federal, dos pedidos de ressarcimento de créditos.

A desoneração da comercialização no mercado interno e a mudança do sistema de pedido de ressarcimento da Receita Federal, que está obrigando a Companhia e suas controladas a adequar o seu sistema interno de processamento de dados para as transmissões dos pedidos de ressarcimento e de todos os dados necessários para a sua homologação, estão ocasionando uma lentidão anormal na recuperação de tais créditos, a qual deverá ser normalizada durante o exercício de 2011, com a total adequação do sistema da Companhia e de suas controladas.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida a segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, no montante de R$55.184 na controladora e R$ 61.210no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Notas Explicativas
Minerva S.A.

O crédito de ICMS é decorrente do fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pelo Fisco Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e, a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo do exercício de 2011. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R$ 43.702 controladora e R$47.895 no consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas, são revistas trimestralmente.

Conforme estudos da Administração da Companhia, a expectativa de realização dos tributos a recuperar no longo prazo, registrados em 31 dezembro de 2010, ocorrerão no máximo até o exercício de 2013.

Notas Explicativas

12. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O ativo fiscal diferidorelativo aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social,foram reconhecidosna controladora,em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$62.552 mil, decorrente da Administração julgar provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que Companhia possa utilizar referido benefício.

A decisão da Administração da Companhia para registro do referido ativo fiscal diferido, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes.

Estas projeções adotaram as seguintes principais premissas na sua elaboração:

- Incremento das vendas liquidas, baseado em dados históricos de crescimento;
- Demanda crescente por proteínas de origem animal, em especial nos países em desenvolvimento;
- Melhoria no ciclo da pecuária, com redução dos custos de matéria prima e, conseqüente melhoria das margens;
- Otimização da capacidade instalada das unidades fabris da Companhia, resultando na maior diluição dos custos fixos instalados;
- Perspectivas econômicas favoráveis; e
- Redução da alavancagem financeira da Companhia, com conseqüente redução das despesas financeiras.

A Administração, com base nas referidas projeções, estima que os créditos fiscais provenientes dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31.12.10
	Controladora
2011	11.821
2012	15.028
2013	15.951
2014 em diante	19.752
	62.552

Os estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social, foram devidamente revisados e aprovados em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas
Minerva S.A.

13. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas, realizadas a preços e condições usuais de mercado, estão sumariadas em tabelas demonstradas abaixo e compreendem:

		Controladora			Consolidado		
Mútuos a receber	Taxa de juros	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Brascasing (a)	120% do CDI	3.812	-	-	1.906	-	-
VDQ Holdings S.A.(b)	120% do CDI	140	-	3.794	140	-	3.794
Transportadora Minerva Ltda.(c)	120% do CDI	446	445	445	445	445	445
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (d)	120% do CDI	33.186	14.733	19.965	-	-	-
Minerva Overseas Ltd (e)	Libor (6)	-	40.023	22.071	-	-	-
Minerva Overseas II Ltd (f)	Libor (6)	114.516	-	-	-	-	-
Minerva Dawn Farms S.A. (g)	120% do CDI	20.097	19.643	5.201	3.480	9.822	2.598
Lord Meat (h)	120% do CDI	-	-	9.809	-	-	-
Minerva Beef Ltd (i)	Libor (6)	-	-	53	-	-	-
Friasa S.A. (j)	Libor (6)	3.035	22.417	12.389	270	9.052	7.549
Transminerva Ltda (k)	120% do CDI	5.047	5.005	-	-	-	-
Redi Neto Construções Ltda (l)	120% do CDI	-	114	114		-	-
Agropecuaria VDQ (m)	120% do CDI	-	-	3.913	-	-	3.913
Minerva Itália SRL (n)	Libor (6)	812	-	-	-	-	-
		181.091	102.380	77.754	6.241	19.319	18.299

(a) Empréstimo para a empresa Brascasing Ltda. a ser reembolsado.

(b) Empréstimo para a VDQ Holdings S.A a ser reembolsado.

(c) Despesas da controladora Transportadora Minerva Ltda. a serem reembolsadas.

(d) Empréstimo efetuado à Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A., para início das obras de construção da nova fábrica.

(e) Empréstimo efetuado à Minerva Overseas LTD para recompra parcial do *Senior Unsecured Notes*.

(f) Empréstimo efetuado para repasse da dívida com a Minerva Overseas II LTD quando da emissão dos *Notes*. Valor será reembolsado.

(g) Empréstimo efetuado à Minerva Dawn Farms S.A para capital de giro.

(h) Empréstimo efetuado à Lord Meat para capital de giro.

(i) Empréstimo para Minerva Beef Ltd a ser reembolsado.

(j) Empréstimo com a Friasa S.A para capital de giro.

(k) Despesas da controlada Transminerva a serem reembolsadas.

Notas Explicativas
Minerva S.A.

(l) Empréstimo efetuado à Redi Neto Construções Ltda a ser reembolsado.

(m) Empréstimo efetuado a Agropecuária VDQ para capital de giro.

(n) Despesas da controlada Minerva Itália para inicio do escritório de vendas a serem reembolsadas.

		Controladora			Consolidado		
Mútuos a pagar	Taxa de Juros	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Minerva Beef Ltda. (a)	Libor (6)	-	868	-	-	-	-
Eurominerva Comércio e exportação Ltda. (b)	120 % CDI	501	118	-	-	-	-
Minerva Overseas I Ltd (c)	Libor (6)	166	-	-	-	-	-
Minerva Dawn Farms (d)	120 % CDI	-	-	-	4.504	-	-
Friasa S.A (e)	Libor (6)	956	2.570	-	854	-	-
		-					
		1.623	3.556	-	5.358	-	-

(a) Contas diversas de despesas a pagar à Minerva Beef Ltd

(b) Contas diversas de despesas a pagar à Eurominerva

(c) Contas a pagar à Minerva Overseas I

(d) Empréstimo efetuado pela Dawn Farms (Irlanda) à Minerva Dawn Farms

(e) Contas a pagar à Friasa S.A.

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa às suas controladas, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados abaixo:

	Controladora			Consolidado		
Contas a pagar - Fornecedodes	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Brascasing Comercial Ltda.	-	1.211	37	-	-	-
Agropecuária - sócios	742	3.160	8.199	742	3.160	8.199
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	245	2.273	-	-	-	-
	987	6.644	8.236	742	3.160	8.199

Notas Explicativas

Minerva S.A.

	Controladora			Consolidado		
Contas a receber - Clientes	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Brascasing Comercial Ltda.	440	1.592		-	-	-
Minerva Dawn Farms S.A.	2.285	1.706		-	-	-
Minerva Ind. e Com. de Alimentos S.A.	-	-	-	-	-	-
	2.725	3.298	-	-	-	-

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Receita de vendas:						
Brascasing Comercial Ltda.	10.796	11.689	4.274	-	-	-
Minerva Dawn Farms S.A.	21.071	10.020	-	-	-	-
	31.867	21.709	4.274	-	-	-
Compras de carnes:						
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	29.666	-	-			
Friasa S.A.	2.275	3.667	-	-	-	-
	2.275	3.667	-	-	-	-
Compras de bovinos:						
Agropecuárias – sócios	25.034	19.640	22.076	25.034	19.640	22.076
	25.034	19.640	22.076	25.034	19.640	22.076

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de vendas mercantis, realizadas a preços e condições usuais de mercado, quando existentes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia e de suas controladas, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, encontram-se abaixo sumariadas:

Notas Explicativas

Minerva S.A.

	Membros	31/12/2010	31/12/2009
Diretoria executiva e Conselho de Administração	9	1.943	1.315
	9	1.943	1.315

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

A Companhia possui remuneração baseada em ações para os membros seus administradores e empregados de nível gerencial, a qual se encontra detalhada na nota explicativa nº 24.

Notas Explicativas

Minerva S.A.

14. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

Descrição	Participação Percentual	Saldo em 31.12.09	A.AP	Ágio	Integralização de capital	Incorporação	E
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	98,00%	32.960	-	-	-	-	
Eurominerva Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	50,00%	271	-	-	-	-	
Minerva Overseas Ltd	100,00%	39.872	-	-	-	-	
Minerva Middle East	100,00%	37	-	-	-	-	
Brascasing Comercial Ltda.	50,00%	4.611	-	-	-	-	
Minerva Beef Ltd	100,00%	1.799	(286)	-	-	-	
Friasa Ltd	92,00%	12.154	(2.871)	-	25.425	-	
Transminerva	100,00%	89	-	-	-	-	
Loin Investments	100,00%	-	-	-	100	-	
Minerva Log	100,00%	-	-	-	230	-	
Livestock	42,00%	-	-	-	2.828	-	
Minerva Dawn Farms S.A.	80,00%	4.944	(25.371)	132.890	18.000	-	
Investimentos		96.737	(28.528)	132.890	46.583	-	
Minerva Itália	100,00%	-	-	-	22	-	
Redi Neto Construções Ltda.	99,00%	(112)	-	-	-	112	
Minerva Overseas Ltd II	100,00%	-	-	-	93	-	
Provisões para perdas em investimentos		(112)	-	-	115	112	
Investimentos líquido		96.625	(28.528)	132.890	46.698	112	

JUR

cruas. Em agosto de 2008, a Companhia finalizou a integralização do capital na controlada, no valor de R$2.400 mil, representado por 2.400.000 ações.. Em setembro de 2009, a Companhia realizou um aumento de capital na controlada, no valor de R$3.000, representado por 3.000.000 ações, totalizando um capital social em 31 de dezembro de 2009 de R$6.000 mil. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a Companhia adquiriu durante o exercício de 2010, 30% das ações representativas do capital social da referida controlada, anteriormente controladora em conjunto (*joint venture*), representando um aumento no capital social da controlada de R$18.000. A operação foi enquadrada como uma "combinação de negócios por estágio", a qual encontra-se devidamente detalhada na referida nota explicativa

Em novembro de 2007, abril de 2008 e setembro de 2009, a Companhia integralizou 3.528.000 quotas, 11.358.000 quotas e 20.394.000 quotas respectivamente, no valor de R$1 (um real) cada, na Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A., Companhia constituída para gerir operações iniciadas no Estado de Rondônia.

Em janeiro de 2010, a Companhia integralizou R$93 na empresa Minerva Overseas II LTD, localizada nas Ilhas Cayman. Essa controlada foi constituída basicamente para a captação de recursos por meio de emissão de *Senior Unsecured Notes*.

Em abril de 2010, a Companhia integralizou R$25.425 para adquirir 22% adicionais do capital social da controlada Friasa S.A., da qual já detinha 70% de participação, passando para 92% de participação do capital social.

Sumário das demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2010:

Minerva Alimentos	98,00%	24.738	98.252	16.425	85.252	21.313
Minerva Itália	100,00%	64	-	-	812	(748)
Eurominerva Comércio	50,00%	540	166	120	-	586
Minerva Overseas	100,00%	1.346	277.403	2.199	235.799	40.751
Minerva Overseas II	100,00%	114.652	604.390	9.230	726.198	(16.386)
Minerva Middle East	100,00%	37	-	-	-	37
Brascasing	50,00%	18.378	1.250	4.520	3.914	11.194
Minerva Dawn Farms	50,00%	40.935	105.214	52.123	107.336	(13.310)
Minerva Beef	100,00%	2	1.443	-	-	1.445
Friasa	92,00%	31.270	11.075	13.333	3.810	25.202
Transminerva	100,00%	5.203	18	-	5.048	173
Loin Investments	100,00%	100	-	-	-	100
Minerva Log	100,00%	230	-	-	-	230
Livestock	42,00%	2.828	-	-	-	2.828
Total		240.323	1.099.211	97.950	1.168.169	73.415

Notas Explicativas

Minerva S.A.

Abaixo, apresentamos o resultado das controladas que tiveram movimentações durante os exercícios 2010 e 2009.

	2010		2009	
	Receita Liquída	Lucro / Prejuízo no exercício	Receita Liquída	Lucro / Prejuízo no exercício
Minerva Alimentos	38.269	(12.319)	10.335	(4.791)
Eurominerva	-	46	-	242
Minerva Overseas I	-	880	-	28.979
Minerva Overseas II	-	(16.479)	-	-
Brascasing	21.458	1.972	9.469	811
Minerva Dawn Farms	77.735	(41.199)	10.790	(1.876)
Minerva Beef	-	(68)	-	(481)
Friasa	185.601	3.197	151.601	(7.221)
Transminerva	115	83	-	(10)
Minerva Italia srl	-	(770)	-	-

(*) Todos os valores estão expresso a 100% do resultados das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas foram auditadas pelos mesmos auditores desta Companhia.Já as demonstrações financeiras das Friasa S.A. foramauditadas por firma membro da rede BDO em seu país de origem.

Notas Explicativas
Minerva S.A.

15. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

Controladora					31.12.10	31.12.09	01.01.09
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Edifícios	8,16% a 20,88%	381.184	61.980	(46.734)	396.430	300.064	192.475
Máquinas e equipamentos	5,76% a 8,48%	204.283	52.570	(76.337)	180.516	153.978	55.965
Móveis e utensílios	7,63% a 10%	6.298	178	(3.429)	3.047	1.330	854
Veículos	11,40% a 20,0%	27.661	-	(18.058)	9.603	14.615	19.858
Hadware	6,67% a 20%	4.916	156	(2.955)	2.117	3.868	3.062
Terrenos		8.883	33.796	-	42.679	40.657	40.160
Imobilizações em andamento		114.081	-	-	114.081	128.143	242.289
		747.306	148.680	(147.513)	748.473	642.655	554.663

Consolidado					31.12.10	31.12.09	01.01.09
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Edifícios	8,16% a 20,88%	446.401	61.980	(49.026)	459.355	320.741	214.741
Máquinas e equipamentos	5,76% a 8,48%	287.773	52.570	(84.790)	255.553	175.526	79.117
Móveis e utensílios	7,63% a 10%	8.039	178	(3.639)	4.577	2.110	1.159
Veículos	0,95% a 20%	28.035	-	(18.127)	9.908	14.614	20.337
Hadware	6,67% a 20%	5.812	156	(3.285)	2.683	4.207	3.603
Terrenos		17.237	33.796	-	51.033	40.766	40.589
Imobilizações em andamento		167.541	-	-	167.541	215.371	310.390
		960.838	148.680	(158.867)	950.650	773.335	669.936

Notas Explicativas
Minerva S.A.

(a) Movimentação sumária do imobilizado

Controladora	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andam.	Total
Custo								
Saldo 01 de janeiro de 2009	192.475	55.965	854	19.858	3.062	40.160	242.289	554.663
Adições	21.426	31.480	714	368	2.189	397	97.843	154.417
Transferências	101.501	86.219	6			100	(187.826)	-
Alienações	(52)	(512)					(24.163)	(24.727)
Depreciação	(15.286)	(19.174)	(244)	(5.611)	(1.383)			(41.698)
Outros								-
Saldo 31 de dezembro de 2009	300.064	153.978	1.330	14.615	3.868	40.657	128.143	642.655
Adições	6	3.798	45	-	137	-	138.387	142.373
Transferências	102.944	37.327	2.132	202	(819)	2.022	(149.614)	(5.806)
Alienações	-	(3.278)	-	(74)		-	(2.835)	(6.187)
Depreciação	(6.584)	(11.309)	(460)	(5.140)	(1.069)	-	-	(24.562)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2010	396.430	180.516	3.047	9.603	2.117	42.679	114.081	748.473

Consolidado	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Obras em andam.	Total
Custo								
Saldo 01 de janeiro de 2009	214.741	79.117	1.159	20.337	3.603	40.589	310.390	669.936
Adições	21.426	31.480	849	292	2.011	78	183.396	239.531
Transferências	101.501	86.219	367	-	(1)	100	(254.251)	(66.065)
Alienações	(52)	(512)	-	-	-	-	(24.164)	(24.728)
Depreciação	(16.875)	(20.778)	(265)	(6.015)	(1.406)	-	-	(45.339)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2009	320.741	175.526	2.110	14.614	4.207	40.767	215.370	773.335
Adições	6	3.798	88	45	202	-	213.805	217.944
Transferências	145.722	91.779	2.882	489	(592)	10.266	(258.800)	(8.254)
Alienações	-	(3.278)	-	(73)	-	-	(2.835)	(6.186)
Depreciação	(7.108)	(12.272)	(503)	(5.167)	(1.134)	-	-	(26.184)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2010	459.361	255.553	4.577	9.908	2.683	51.033	167.540	950.655

(b) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: Finalização da construção da planta de Rolim de Moura (RO), expansão na planta de Campina Verde e construção da planta da cidade de Redenção (PA).

Em 31 de dezembro de 2010, os custos de empréstimos capitalizados relacionados à aquisição de máquinas, ampliações e construções de plantas industriais totalizavam R$9.229 mil, na controladora e R$11.203 mil no consolidado, com taxa média de capitalização de 120 por cento CDI, (2009: totalizavam R$ 5.833 mil na controladora e R$8.256 mil no consolidado), com taxa média de capitalização de 120 por cento CDI).

(c) Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$132.390 mil em 31 de dezembro de 2010 (R$ 83.386 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Custo atribuído (Deemed Cost)

Em atendimento a recomendação realizada no ICPC 10, com relação ao registro do custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, a Companhia e suas controladas contrataram empresa especializada para essa avaliação, identificando não existirem diferenças relevantes entre o custo atribuído dos bens em confronto aos saldos registrados contabilmente, sendo opção da Administração, diante desse cenário, de não registrar esse efeito.

16. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Ágio pago em aquisições	-	-	-	180.833	14.720	14.720
Software	853	884	632	1.075	1.034	729
	853	884	632	181.908	15.754	15.449

A movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Minerva S.A.

	Controladora		
	Ágio pago em aquisições	Sofwares adquiridos	Total
Saldos de abertura em 1° de janeiro de 2009	-	632	632
Aquisição	-	424	424
Incorporação	-	74	74
Amortização	-	(246)	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	884	884

	Consolidado		
	Ágio pago em aquisições	Sofwares adquiridos	Total
Saldos de abertura em 1° de janeiro de 2009	14.720	729	15.449
Aquisição	-	888	888
Amortização	-	(583)	(583)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.720	1.034	15.754

Notas Explicativas

Minerva S.A.

	Controladora		
	Ágio pago em aquisições	Sofwares adquiridos	Total
Saldos de abertura em 1° de janeiro de 2010	-	884	884
Aquisição (i)	-	268	268
Amortização	-	(299)	(299)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	853	853

	Consolidado		
	Ágio pago em aquisições	Sofwares adquiridos	Total
Saldos de abertura em 1° de janeiro de 2010	14.720	1.034	15.754
Aquisição (i)	132.890	526	133.416
Acionistas não controladores	33.223	-	33.223
Amortização	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	180.833	1.075	181.908

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, o ágio gerado na controladora e no consolidado, decorre da operação de "combinação de negócios realizada em estágios", relativa à aquisição de mais 30% de participação, na anteriormente controlada em conjutno (*joint venture*), Minerva Daw Farms.

A Companhia, com base em relatório de estimativas de fluxo de caixa futuro, conforme determinado no CPC 01, efetuou ajuste por*impairment* no ágio em investimento na controlada Lord Meat, no montante de R$4.559 em 01 de janeiro de 2009.Nos exercícios de 2009 e 2010, foram reavaliados o valor recuperável desses ativos, não se identificando a necessidade de registro de novas provisões.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidades

		Controladora			Consolidado		
Modalidades	Encargos Financeiros Incidentes	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Debêntures (1)	127% da CDI	207.919	34.658	-	207.919	35.939	-
BNDES (2)	TJLP + Cesta de Moedas BNDES+Spread	63.263	-	-	63.263	-	-
BNDES - EXIM (1)	7% a.a.	114.345	-	-	114.345	-	-
FINEP (3)	TJLP + Spread	13.760	21.875	21.842	27.489	21.875	21.842
Arrendamento Mercantil (1)	TJLP + 3,5% a.a.	15.511	14.631	11.094	19.503	15.206	11.094
Cedula de Crédito Bancário (1)	Taxa 8,5% a.a.	60.485	57.754	19.131	122.046	104.389	19.131
Cedula de Crédito Bancário (1)	CDI + spread	226.503	100.629	-	226.503	100.629	-
NCE (1)	CDI + spread	18.994	146.079	183.306	56.136	146.079	183.306
Outras Modalidades (1)	10% a.a.	1.216	-	20.292	5.538	785	28.257
		721.996	375.626	255.665	842.742	424.902	263.630
Moeda Estrangeira (Dólar Americano)							
ACCs (1)	Juros de 3,0% a 5,5% ao ano ou CDI + Variação cambial	770	151.628	126.182	17.990	160.711	126.182
NCE (1)	Juros de 7,0% ao ano + Variação cambial	-	77.255	108.704	-	77.255	108.704
Senior Unsecured Notes - I e II (5)	Variação Cambial + Juros	699.162	361.920	485.761	677.237	283.004	465.258
PPE (4)	Juros de 2,8% a 5,5% ao ano + Libor + Variação cambial	44.737	233.034	373.059	89.748	260.522	407.438
Outras Modalidades (1)	Juros de 2,95% ao ano + Libor	-	-	21.698	6.324	16.979	38.711
		744.669	823.837	1.115.404	791.299	798.471	1.146.293
Total dos Empréstimos		1.466.665	1.199.463	1.371.069	1.634.041	1.223.373	1.409.923
Circulante		187.977	264.006	339.346	236.891	291.071	357.840
Não circulante		1.278.689	935.457	1.031.723	1.397.150	932.302	1.052.083

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

(1) Aval da controladora VDQ Holdings S.A e/ou aval dos acionistas da VDQ Holdings S.A.;

(2) Hipoteca da fábrica de Palmeiras de Goiás e das agropecuárias dos acionistas da controladora VDQ Holdings S.A.;

(3) Hipoteca da fábrica de Barretos;

(4) Especificamente para a operação de "PPE" da controlada Minerva Dawn Farms, as seguintes garantias foram oferecidas ao Rabobank:

- 50% de fiança da Companhia e 50% de fiança da controlada Dawn Farms Foods;

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

- Alienação fiduciária dos equipamentos da financiada;
- Hipoteca em 1º grau da planta da controlada Minerva Dawn Farms;
- 99,99% de alienação fiduciária das ações da controlada Minerva Dawn Farms.

(5) Aval da Companhia para o *Senior Unsecured Notes* emitido pela controlada MinervaOverseas Ltd e Minerva Overseas II Ltd.

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2010:

											Controladora
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Arrendamento Mercantil	5.362	3.138	1.067	533	-	-	-	-	-	-	10.100
CCB	9.292	228.975	8.985	14.899	1.902	2.444	1.902	1.902	1.902	1.427	273.630
FINEP	4.569	793	-	-	-	-	-	-	-	-	5.362
BNDES	11.502	11.502	11.502	11.502	11.502	5.753	-	-	-	-	63.263
BNDES - EXIM											-
Nota de crédito exportação	17.446	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.446
Pré-embarque	14.642	14.516	-	-	-	-	-	-	-	-	29.158
ACC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	66.666	66.666	63.385	-	-	-	-	-	-	196.717
Outras modalidades	397	397	70	-	-	-	-	-	-	-	864
Senior Unsecured Notes	-	-	-	-	-	265.599	-	416.550	-	-	682.149
	63.210	325.987	88.290	90.319	13.404	273.796	1.902	418.452	1.902	1.427	1.278.689

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) têm a seguinte composição por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2010:

Consolidado

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Arrendamento Mercantil	6.396	4.142	1.981	533	-	-	-	-	-	-	-	13.052
CCB	13.970	233.653	13.662	19.576	6.580	7.121	6.580	6.580	6.580	6.104	2.339	322.745
FINEP	6.603	2.827	2.034	2.034	2.034	2.034	991	-	-	-	-	18.557
BNDES	11.502	11.502	11.502	11.502	11.502	5.753	-	-	-	-	-	63.263
BNDES - EXIM												-
Nota de crédito exportação	53.257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.257
Pré-embarque	23.893	23.772	9.256	4.078	-		-		-	-	-	60.999
ACC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	66.666	66.666	63.385	-	-	-	-	-	-	-	196.717
Outras modalidades	1.373	1.002	243	132	-	-	-	-	-	-	-	2.750
Senior Unsecured Notes	-	-	-	-	-	54.125	-	611.685	-	-	-	665.810
	116.994	343.564	105.344	101.240	20.116	69.033	7.571	618.265	6.580	6.104	2.339	1.397.150

Debêntures

Em 7 julho de 2010, o Minerva S.A. realizou uma oferta de debêntures no montante total de R$200.000 mil, com vencimento em 10 de julho de 2015. A oferta de debêntures foi realizada através de colocação de esforços restritos (CVM Instrução 476). O montante total do principal é de R$200.000 mil e sua remuneração corresponde à variação acumulada(taxa efetiva) de 127% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário. Os recursos foram destinados ao alongamento do perfil das dívidas da Companhia e reforço de seu capital de giro. As debêntures contam com garantia fidejussória e tem como fiadora a VDQ Holdings S.A. Além disto, há *covenants* financeiros atrelados à escritura, o qual a relação dívida líquida sobre EBITDA não pode ser superior a 3,5 vezes. O prazo de vencimento das debêntures será de 5 anos, contados da data de emissão, portanto, em 10 de julho de 2015. Para maiores informação acerca da emissão das debêntures, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R$ 3.283, contabilizados nas suas demonstrações financeiras como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures.

Abaixo, apresentamos o custo de transação à ser amortizado pelo prazo da operação:

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

2011	680
2012	679
2013	679
2014	679
2015	566
Total	3.283

O passivo líquido relacionado às debêntures em 31 de dezembro de 2010, nas informações contábeis consolidadas, era de R$207.919.

Não existem quaisquer prêmios obtidos, bem como cláusula de repactuação durante o processo de captação das referidas debêntures.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Notes / títulos de dívida no exterior

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, Minerva Overseas Ltd. e Minerva Overseas Ltd II, emitiram títulos de dívida no exterior no passado. As *Notes* são garantidas pelo Minerva S.A.e vencem em 2017 e 2019, respectivamente. As principais cláusulas de vencimento antecipado das *Notes* são: (i) o não cumprimento das obrigações previstas no *confidential offering circular,* inclusive no tocante a limitação de divisão de dividendos e alteração do controle societário, conforme mencionado no item (iv) abaixo*;* e(ii)o não pagamento de qualquer *note* quando esta já estiver vencida. Para maiores informação acerca da emissão das *Notes,* veja itens 18.5 e 18.7 do Formulário de Referência.

As *Notes* e as debêntures contem previsão da manutenção de um *covenant* financeiro através do qual mede-se a capacidade de cobertura da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). O índice contratual de ambos os instrumentos indicam que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o *EBITDA* dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: (I) "Dívida Líquida" - significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de (i) disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) "expurgos" (conforme definido abaixo); (ii) "Disponibilidades" - significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: "Caixa e equivalentes de caixa"e "Títulos e valores mobiliários"; (iii) "Expurgos" - significa uma série de exceções, ou dívidas permitidas, relacionadas a transações específicas. Em resumo, essas exceções incluem refinanciamentos de dívidas existentes, diante determinadas circunstâncias e captações de divisas para diversas aplicações, algumas das quais para fins específicos, num total de US$141.000 mil (equivalente a R$236.000 mil); (iv) "EBITDA" - significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (a) despesas de depreciação e amortização, (b) resultado financeiro liquido, (c) resultado com equivalência patrimonial e (d) impostos diretos. Os *covenants são* calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 30 de setembro de 2010 foi celebrada, entre a Companhia, o Banco do Brasil S.A. e a avalista VDQ Holdings S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 337.101.302 no valor de R$220.000 mil. O saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2010 era de R$ R$xx.xxx mil, sendo que os juros aplicados, exigidos mensalmente, representam 119% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). A dívida vence em 21 de agosto de 2013, mas poderá ser objeto de vencimento antecipado, dentre outras hipóteses, se: (i) a Companhia tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao Banco do Brasil S.A.; (ii) a Companhia exceder o limite de crédito concedido; (iii) ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato e/ou dívida de empresas , controladas ou controladoras, diretas ou indiretas da Companhia e/ou da avalista perante o Banco do Brasil S.A.; ou (iv) houver eventos que afetem a capacidade operacional e/ou legal e/ou financeira da Companhia e/ou avalista e/ou de qualquer das empresas controladoras, diretas ou indiretas, de forma que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Líquida/EBITDA, que deve ser de, no máximo, 4,5X no balanço consolidado da Companhia, não seja alcançado.

FINEP

Em 18 de janeiro de 2010, foi celebrado o Contrato de Financiamento (Código 0210000300) entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (uma divisão do BNDES) e a Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A., cujo valor total é de R$57.208 mil . O saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 13.591 mil, sendo que os juros aplicados a taxa de 4,5% ao ano. A dívida vence em 15 de junho de 2018,mas poderá ser objeto de vencimento antecipado se, dentre outras hipóteses: (i) a financiada aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) houver a paralisação culposa do projeto objeto do financiamento; ou (iii) ocorrerem outras circunstâncias que, a juízo do FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela financiada das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento. Este contrato está garantido por hipotecas sobre certos imóveis da Companhia localizadas em Barretos e Palmeiras de Goiás, além de conter uma fiança por membros da família Vilela de Queiroz.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Financiamento de Equipamentos - BASA

Em 21 de dezembro de 2007 foi celebrado, entre a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. e o Banco da Amazônia S.A., o Contrato Particular no valor de R$53.793 mil, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010, representava R$57.710 mil . Tal dívida vence no prazo máximo de 144 meses contados a partir da formalização da escritura das debêntures. O instrumento de financiamento prevê algumas restrições à financiada, quais sejam: (i) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. se obrigou a não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e do Banco da Amazônia S.A., excetuando-se (a) os empréstimos para atender os negócios de gestão ordinária da financiada, ou com a finalidade de mera reposição ou substituição material; e (b) os descontos de efeitos comerciais de que a financiada seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços; e (ii) a Minerva Indústria e Comércio de Alimentos se obrigou a subordinar as mudanças no seu quadro societário à prévia aprovação pela SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A.

A Cédula de Crédito Bancário nº 337.101.302 no valor de R$220.000mil emitida em 30 de setembro de 2010 pela Companhia, possui cláusula de vencimento antecipado no caso de haver transferência do controle acionário do capital da Companhia sem que haja a expressa comunicação formal e entrega de todos os documentos pertinentes ao credor. Além disso, há restrição no que se refere ao índice de endividamento representado pela Dívida Líquida/EBITDA, que deve ser de, no máximo, 4,5 vezes no balanço consolidado da Companhia.A Nota de Crédito à Exportação nº 306703-7 no valor de R$17.446mil, emitida pela Companhia em 27 de abril de 2010, limita a cessão, transferência ou alienação, sem o expresso consentimento do credor, do controle acionário da Companhia ou da VDQ Holdings S.A. (na qualidade de avalista).

As *Notes* também possuem cláusulas que limitam à Companhia (i) a novos endividamentos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; (ii) a distribuição de dividendos, nesse sentido, o Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o e suas subsidiárias (exceto (a) dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e (b) dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base pro rata ou base mais favorável ao Minerva),(iii) a alteração do controle societário; e (iv) a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

A CCB emitida em favor do BNDES contém previsão de vencimento antecipado do instrumento no caso de haver a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da cédula de crédito bancário.

As CCBs datadas de 7 de janeiro e 2 de outubro de 2009, emitidas pela Companhia junto ao Banco da Amazônia S.A., contém cláusulas de vencimento antecipado da dívida no caso de haver a transferência do controle do capital da Companhia sem o prévio e expresso consentimento do credor por escrito.

Os financiamentos celebrados com o Rabobank preveem limitações, no tocante à: (i) alteração no controle societário; (ii) venda de ativos; (iii) realização de qualquer tipo de fusão, cisão, liquidação ou venda de toda ou parte relevante de sua propriedade ou ativos; (iv) distribuição de dividendos; (v) transações com sociedades filiadas; (vi) alteração nas práticas contábeis; (vii) mudança das atividades do Minerva DanFarás e de suas subsidiárias Os contratos ainda prevêem como evento de inadimplemento, entre outros (a) a ocorrência de julgamentos que não sejam passiveis de apelação, tanto para o Minerva Dawn Farms quanto para as partes intervenientes, no valor superior a US$1.000mil, que permaneçam em vigor por um período superior a 30 dias; e (b) alteração no controle societário do Minerva Dawn Farms. Além disso, limitam a MDF de pagar dividendos e incorrer financiamentos adicionais. De acordo com as cláusulas contratuais, a MDF é obrigada a cumprir determinadas obrigações financeiras, incluindo a manutenção de uma relação dívida líquida / EBITDA, não superior a 3,00 e um *ratio* de cobertura de serviço de dívida não inferior a 1,5.

O *Credit Agreement* no valor de US$35.000 mil, celebrado entre a Companhia, o Banco Bradesco S.A. estabelece vencimento antecipado da dívida no caso de haver mudança de controle sem o consentimento prévio por escrito do credor.

Descumprimentos contratuais

A Administração do Grupo está em processo contínuo de negociações com um banco desde que a controlada Minerva Dawn Farms excedeu seu patamar do índice de alavancagem no quarto trimestre de 2010 e promoveu a reestruturação societária. Tais negociações resultaram no perdão relativo à quebra de contrato emitido em 28 de fevereiro de 2011. Com base no aditamento do contrato e nas previsões da Administração, a mesma acredita como sendo baixo o risco de nova quebra de contrato.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

18. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Nacionais						
Commodities	142.163	133.586	96.756	143.680	132.514	98.113
Materiais e serviços	40.543	31.455	31.099	40.586	40.274	29.898
Produtos acabados	20.360	16.295	7.081	38.282	16.295	7.081
	203.066	181.336	134.936	222.548	189.083	135.092
Estrangeiros						
Serviços prestados	7.309	5.800	4.668	7.463	5.800	5.286
Produtos acabados	1.849	793	330	2.163	1.316	330
	9.158	6.593	4.998	9.626	7.116	5.616
	212.224	187.929	139.934	232.174	196.199	140.708

Contas a pagar por idade de vencimento:

Notas Explicativas

MINERVA S.A.

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
A vencer:	190.416	176.336	111.983
Vencidas:			
Até 30 dias	17.034	4.871	26.038
De 31 a 60 dias	1.528	2.191	1.431
De 31 a 90 dias	983	599	121
De 91 a 180 dias	2.263	3.932	361
	212.224	187.929	139.934

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
A vencer:	200.623	181.456	112.325
Vencidas:			
Até 30 dias	24.020	6.907	26.426
De 31 a 60 dias	2.980	2.763	1.444
De 31 a 90 dias	1.691	757	141
De 91 a 180 dias	2.860	4.316	372
	232.174	196.199	140.708

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Trabalhistas						
Salários e pró-labore	3.932	4.241	3.173	5.118	4.607	3.376
Encargos sociais – FGTS e INSS (empregados e terceiros)	7.176	6.135	3.893	7.746	6.424	6.045
Provisão de férias e encargos	10.341	8.647	6.782	10.849	9.353	7.327
Outros proventos e encargos	1.636	1.657	1.128	1.662	1.694	1.128
	23.085	20.680	14.976	25.375	22.078	17.876
Tributárias						
Parcelamento INSS	51.372	36.383	23.176	51.478	36.383	23.176
ICMS A RECOLHER	8.499	-	-	8.630	-	
IRPJ	-	6.671	-	1.524	6.979	1.015
Contribuição Social sobre Lucro	-	2.465	-	-	2.585	369
Outros tributos e taxas	8.920	857	5.100	8.967	753	5.399
	68.791	46.376	28.276	70.599	46.700	29.959
	91.876	67.056	43.252	95.974	68.778	47.835
Circulante	37.950	37.776	25.423	41.994	39.444	30.006
Não circulante	53.926	29.280	17.829	53.980	29.334	17.829

Notas Explicativas

MINERVA S.A.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDODIFERIDO - PROVISÃO PASSIVA, VALOR LÍQUIDO

Os débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos			Passivos			Líquido		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Adições Temporárias									
Provisões Diversas	90.356	2.032	11.679	-	-	-	90.356	2.032	11.679
Valor Justo de Ativos Biológicos	1.861	1.545	-	-	-	-	1.861	1.545	-
Exclusões Temporárias									
Provisões Diversas	-	-	-	8.307	2.595	37	(8.307)	(2.595)	-
Custos de Empréstimos - Imobilizado	-	-	-	9.229	5.833	-	(9.229)	(5.833)	-
Valor Justo de Ativos Biológicos	-	-	-	-	3.188	-	-	(3.188)	-
Efeito de nova vida útil de imobilizado	-	-	-	20.550	-	-	(20.550)	-	-
Mais valia de aquisição de controlada - MDF	-	-	-	92.834	-	-	(92.834)	-	-
Base de cálculo tributos diferidos	92.217	3.577	11.679	130.920	11.616	37	(38.703)	(8.039)	11.679
IR/CS diferidos - diferença temporária	31.354	1.216	3.971	44.513	3.949	13	(13.159)	(2.733)	3.971
Realização de IR/CS diferidos - diferença temporária	-	16.941	-	-	-	-	-	16.941	-
IR/CS Diferido sobre Prejuízo fiscal	59.107	-	-	-	-	-	59.107	-	-
IR/CS diferidos total	90.461	18.157	3.971	44.513	3.949	13	45.948	14.208	3.971

/

O montante registrado com passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base liquida.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Movimento em diferenças temporárias nas contas patrimoniais:

Controladora

	Saldo em 1 de janeiro de 2009	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos diretamente no Patrimonio líquido	Saldo em 31 dezembro de 2009	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos diretamente no Patrimonio líquido	Saldo em 31 dezembro de 2010
Tributos sobre reserva de reavaliação	41.951	-	(1.904)	40.047	-	(857)	39.190
Tributos s/ custos de empréstimos imobilizado	-	1.983	-	1.983	3.138	-	5.121
Tributos s/ ajuste de ativos biológicos	-	558	-	558	-	-	558
Tributos s/ efeito de nova vida útil de imobilizado	-	-	-	-	6.987	-	6.987
Outros tributos diferidos sobre diferenças temporárias	17.688	(16.749)	-	939	3.034	-	3.973
	59.639	(14.208)	(1.904)	43.527	13.159	(857)	55.829

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, sejam realizados até o exercício de 2013

a. Corrente - a Pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Corrente

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Resultado antes dos impostos	(23.050)	67.828	(226.388)	(23.050)	69.046	(225.004)
Adições						
Diferenças temporárias	90.356	2.032	10.169	90.356	2.032	-
Diferenças permanentes	69.481	11.355	35.241	69.481	11.355	35.241
Efeitos de adoção inicial de IFRS	1.861	1.545	-	1.861	1.545	-
Exclusões						
Diferenças temporárias	(8.307)	(2.595)	(37)	(8.307)	(2.595)	37
Diferenças permanentes	(10.129)	(23.093)	(1.795)	(10.129)	(23.093)	(1.795)
Efeitos de adoção inicial de IFRS	(122.613)	(9.021)	-	(122.613)	(9.021)	-
Base de cálculo para IR/CS	(2.401)	48.051	(182.810)	(2.401)	49.269	(191.521)
IR corrente a pagar	-	(6.671)	-	-	(6.979)	(1.015)
CS corrente a pagar	-	(2.465)	-	-	(2.585)	(369)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com o Regime Tributário de Transição – RTT previsto na MP 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os períodos seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de cinco anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

21. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento financeiro ou operacional.

a. Arrendamento Financeiro

As operações de arrendamento financeiro ("leasing" financeiro) são reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado.

A movimentação dos arrendamentos financeiros encontram-se devidamente divulgadas na nota explicativa nº 17.

b. Arrendamento Operacional

O arrendamento operacional ("leasing" operacional) permanece com o critério contábil exigido pela lei societária vigente, ou seja, é reconhecida mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento.A Companhia possui um único contrato de arrendamento operacional da planta de Batayporã/MS, o qual contém cláusula de renovação automática e opção de preferência de compra.

O demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2010 e 2009 segue abaixo:

Bem arrendado	Taxa média ponderada de juros	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Montante da despesa 31.12.10	Montante da despesa 31.12.09
Fazendas e plantas industriais	IPCA + 11% @ boi / IGPM	dez/15	723	649
			723	649

O cronograma do total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil operacional é o seguinte:

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Até 1 ano	2.694	2.318	2.694	2.318
De 1 ano até 5 anos	6.677	4.848	6.677	4.848
Mais de 5 anos	14.198	13.522	14.198	13.522
	23.569	20.688	23.569	20.688

22. CONTINGÊNCIAS

a. Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

	Controladora		
Processos	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Depósitos judiciais recursais referente ações trabalhistas	1.858	1.277	1.433
Depósitos judiciais recursais referente ações fiscais	9.258	8.193	1.890
Fiscais (compensações com crédios não homologados)	21.608	8.870	15.418
Contigências para reclamações trabalhistas	2.252	2.619	2.927
Total	34.976	20.959	21.668

	Consolidado		
Processos	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Depósitos judiciais recursais referente ações trabalhistas	1.858	1.277	1.433
Depósitos judiciais recursais referente ações fiscais	9.258	8.193	1.890
Fiscais (compensações com crédios não homologados)	21.608	8.870	15.418
Contigências para reclamações trabalhistas	2.254	2.621	4.329
Total	34.978	20.961	23.070

As movimentações da provisão para contingencias encontra-se conforme abaixo::

Notas Explicativas

MINERVA S.A.

	Controladora			
	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Ações fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	2.927	-	20.143	23.070
Provisões feitas durante o período	1.845	-	8.818	10.663
Provisões utilizadas durante o período	-	-	-	-
Provisões revertidas durante o período	(876)	-	(11.898)	(12.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.896	-	17.063	20.959
Provisões feitas durante o período	213	-	13.804	14.017
Provisões utilizadas durante o período	-	-	-	-
Provisões revertidas durante o período	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.109	-	30.867	34.976

	Consolidado			
	Ações trabalhistas	Ações cíveis	Ações fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	2.927	-	20.143	23.070
Provisões feitas durante o período	1.847	-	8.818	10.665
Provisões utilizadas durante o período	-	-	-	-
Provisões revertidas durante o período	(876)	-	(11.898)	(12.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.898	-	17.063	20.961
Provisões feitas durante o período	213	-	13.804	14.017
Provisões utilizadas durante o período	-	-	-	-
Provisões revertidas durante o período	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.111	-	30.867	34.978

Descrição dos passivos e créditos contingentes por natureza trabalhista, cível e tributária

a.1. *Ações trabalhistas (probabilidade de perda avaliada como provável)*

A maior parte dessas ações trabalhistas envolve reivindicações de Insalubridade e Artigo 253 à CLT a funcionários. Com base no posicionamento dos assessores jurídicos patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas no montante de R$4.111 mil (R$3.898 mil em 31 de dezembro de 2009).

a.2. *Ações cíveis (probabilidade de perda avaliada como possível)*

Em 2007, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, visando desconstituir duas duplicatas nos valores de R$752 mil e R$386 mil que totalizam o montante de R$1.139 mil

Mediante a apresentação de carta de fiança, a Companhia requereu a antecipação dos efeitos da tutela para suspender os efeitos dos protestos, oficiando-se ao SERASA e SCPC e, ao final, a procedência da ação para reconhecer a ilegalidade na efetivação dos protestos apontados, determinando o seu cancelamento, devido à falta de entrega da mercadoria.

O processo encontra-se em curso.

a.3. *Ações fiscais*

a.3.1. Obrigações legais apropriadas decorrentes de amortização de passivo tributário com crédito presumido de IPI (decorrentes de aquisição de matérias-primas de bovinos de pecuaristas pessoas físicas) não transitado em julgado.

Em 17 de dezembro de 2003,a Companhia ajuizou uma ação para obter créditos de IPI como reembolso pelas contribuições de PIS e Cofins provenientes de aquisição de matérias-primas para a produção de mercadorias destinadas à exportação. Foi movida uma ação judicial com relação àquelas exportaçõese a Companhia obteve decisão favorável em 1ª instância.

Apesar de essa decisão não ser definitiva (transitado em julgado), foi realizada a compensação de uma parte do total de R$89.809 mil do crédito envolvido nessa discussão judicial, no montante de R$3.448 mil. Com base na orientação do advogado externo, a Administração da Companhia acredita que seja provável o êxito em 2ª instância da referida discussão judicial. Para prevenir-se da interposição do recurso desta decisão e de uma decisão desfavorável proferida contra a Companhia, bem como para atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, foi constituída uma provisão para fazer face a essa possibilidade,, no montante de R$3.448 mil, devidamente atualizada de multa e juros, representando o montante R$5.704 mil, correspondendo a uma provisão total de R$9.152 mil, cujos valores encontram-se integralmente provisionados.

No mês de março de 2008, a Companhia começou a realizar depósitos judiciais referente à taxa cobrada para embarques de boi vivo no estado do Pará referente à quantidade de cabeças exportadas, em 31 de dezembro de 2010 o valor total em depósitos judiciais era de R$9.603 mil.

a.3.2. Créditos ("Contingências") Ativos com Probabilidade de Êxito Provável ou Possível, Cujos Ganhos Não foram Contabilizados

Em 24 de janeiro de 2006, a Companhia moveu uma ação para usar os créditos das contribuições de PIS e Cofins relativos à aquisição de matérias-primas para a produção de mercadorias destinadas à exportação. Essa ação está em trâmite e, com base na orientação de seus advogados externos, é provável o êxito no processo.

a.4. *Outros processos*

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladaspossuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R$2.309 mil, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$251.642mil(em 31 de dezembro de 2010) representados por 105.793.418 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2010,), escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Após a homologação do aumento do capital autorizado modificando o limite para até mais 100.000.000 de ações ordinárias pelo Conselho de Administração da Companhia, o capital social autorizado passou a ser de 175.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de abril de 2009, o Conselho de Administração, autorizou um programa de recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado.

Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Companhia foi alterado devido a uma operação de aumento de capital social em 29.030.639 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ao preço de R$5,30 por ação, perfazendo um total de R$153.862 mil, os quais foram destinados integralmente ao capital social da Companhia.

Em 22 de outubro de 2009, o capital social da Companhia foi alterado devido a uma operação de capital social referente às sobras em 969.361 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ao preço de R$ 5,30 por ação, perfazendo um total de R$5.138 mil, os quais foram destinados integralmente ao capital social da Companhia.

Em 7 de maio de 2010, o capital social da Companhia foi alterado devido a uma operação de capital social referente aos bônus em 737.017 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ao preço de R$5,30 por ação, perfazendo um total de R$3.907 mil os quais foram destinados integralmente ao capital social da Companhia.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Ações em tesouraria

De acordo com as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e das Instruções nº 10, nº 268 e nº 390 da Comissão de Valores Mobiliários(CVM), o Conselho aprovou aquisições de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 10% das 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da Companhia em circulação no mercado.

Em dezembro de 2010, a Companhia recomprou 1.042.200 ações, a um custo médio de R$8,00 , na Bolsa de Valores de São Paulo e a preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha R$10.132 mil em ações em tesouraria, a um custo médio de R$6,70, não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. A negociação foi realizada na Bolsa de Valores de São Paulo e a preço de mercado.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

A Companhia efetuou reavaliação nos exercícios de 2003 e em 2006 dos bens constantes do ativo imobilizado e os valores apresentados em 31 de dezembro de 2010 são de R$78.335 mil(R$ 81.283 mil em 31 de dezembro de 2009).

Conforme comentado anteriormente e em consonância ao disposto na Lei nº 11.638 de 2007, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007 até sua completa realização, que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

PLANO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Em 1º de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária, o Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano”), que tem por objetivo a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados de nível gerencial.

O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, programas de opção de compra de ações (“programas”), nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de opções, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

Todas as regras de cada programa deverão constar do Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças, a ser firmado com cada participante em cada programa.

O Plano estará limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de até 3% do capital social da Companhia na data da criação de cada programa.A diluição correspondeao percentual apresentado pela quantidade de ações que lastreiam as opções, considerando todas as opções outorgadas no plano pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

O plano de opção de ações da Companhia, não possui previsão para eventuais negociações envolvendo ações em tesouraria para se efetuar o resgate das opções.

A Companhia vem adotando como procedimento a divulgação das informações requeridas pela CVM em relação ao seu plano de opções e futuros programas.

Em 30 de abril de 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em AGO (Assembléia Geral Ordinária), plano de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças. Referido plano foi limitado a um máximo de 56.101 opções, as quais foram integralmente exercidas em julho de 2010. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2010 não existiam opções de ações e outras avenças a serem exercidas como parte deste plano, por este motivo, não se faz necessária a apresentação da circulação e do preço médio das ações.Caso essas ações fossem reconhecidas, o impacto no patrimônio líquido da Companhia seria de aproximadamente R$ 350 mil.

Com adoção gradual do plano, a Administração pretende oferecer aos participantes um incentivo de longo prazo, alinhado com as melhores práticas de remuneração, como mero complemento da política de remuneração.

DIVIDENDOS

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado o período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

Resultado do período	22.898
(-) reserva legal	1.145
(=) reserva de lucros a realizar	21.753
(+) realização líquida de reserva de reavaliação	4.466
Base de cálculo	26.219
Dividendos propostos	6.555
(-) Dividendos antecipados	-
Dividendos a pagar	6.555

24. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2010, aCompanhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiros de Administração e diretores estatutários da Companhia) no montante de R$1.193(R$1.161em31 de dezembro de 2009). Toda a remuneração é de curto prazo.

Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Segmentos de negócios					
		Boi Vivo		Carne		Consolidado
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Receitas Liquidas	729.239	493.562	2.678.966	2.108.557	3.408.205	2.602.119
CPV	(513.530)	(344.734)	(2.246.679)	(1.785.464)	(2.760.209)	(2.130.198)
Despesas Operacionais	(151.378)	(108.987)	(279.772)	(219.631)	(431.150)	(328.618)
Resultado Financeiro Liquido	(45.004)	(39.465)	(195.391)	(35.627)	(240.395)	(75.092)
Lucro Liquido antes impostos	19.327	376	(42.876)	67.835	(23.549)	68.211
IR / CSLL - Corrente / Diferido	9.142	828	35.282	3.816	44.424	4.644
Acionistas não controladores	433	7	1.590	38	2.023	45
Resultado do periodo	28.902	1.211	(6.004)	71.689	22.898	72.900

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. Os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

26. RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2010	Acumulado 2009	Acumulado 2010	Acumulado 2009
Receita de venda de produtos - Mercado Interno	1.150.386	874.860	1.196.427	898.436
Receita de venda de produtos - Mercado Externo	2.210.890	1.799.287	2.373.738	1.873.966
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(152.919)	(166.942)	(161.960)	(170.283)
Receita operacional líquida	3.208.357	2.507.205	3.408.205	2.602.119

27. DESPESA POR NATUREZA

A seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	31.12.10	31.12.09
Consumo de matérias-primas e materiais	(2.558.306)	(2.108.869)
Depreciações e amortizações	(28.819)	(43.452)
Despesas com vendas	(355.068)	(266.468)
Despesas gerais e administrativas	(71.187)	(62.271)
Outras despesas	(4.895)	-
	(3.018.275)	(2.481.060)

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Receitas Financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	28.152	41.984	29.825	53.501
	28.152	41.984	29.825	53.501
Despesas Financeiras:				
Juros com financiamentos	(143.835)	(119.299)	(167.281)	(125.766)
Outras despesas financeiras	(97.063)	(163.408)	(98.788)	(137.937)
	(240.898)	(282.707)	(266.069)	(263.703)
Variação Cambial Líquida	(5.202)	130.379	(4.151)	135.110
Resultado financeiro líquido	(217.948)	(110.344)	(240.395)	(75.092)

29. LUCRO POR AÇÃO

a. Lucro básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Básico	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	22.828	72.900
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas – milhares	105.794	105.000
Média ponderada das ações em tesouraria	(1.981)	(290)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação – milhares	103.813	104.710
Lucro básico por ação - R$	0,2199	0,6962

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	31.12.10	31.12.09
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	22.828	72.900
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	105.794	105.000
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	(3.100)	(2.400)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	102.694	102.600
Lucro diluído por ação - R$	0,2223	0,7105

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do VaR *(Value at Risk)* e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

Vale ressaltar que a Companhia não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das Operações de Hedge da Tesouraria

A execução da gestão da política de hedge da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia, colaboradores e consultores externos.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de hedge são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de hedge da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de hedge cambial

A política de hedge cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

1. Fluxo

As estratégias de hedge de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O hedge do fluxo tem como objetivo aproveitar as oscilações de mercado para aperfeiçoar o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses hedges podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na BM&F, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções (a empresa sempre está comprada em opções) e entrada de recursos em dólares (fechamento de câmbio pronto).

2. Balanço

O hedge de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho e consultorias externas.

A política de hedge de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, NDFs com bancos, contratos futuros de dólar norte-americano na BM&F e opções sobre contratos futuros de dólar norte-americano na BM&F.

3. Investimentos no exterior

A política de hedge de investimentos no exterior tem como objetivo proteger a Companhia de seus investimentos em moeda estrangeira.

A exposição de investimentos é o fluxo de ganhos e perdas com suas empresas controladas no exterior, que se configuram como ativos financeiros não circulantes.

Para realização de hedge de investimentos no exterior, podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: NDFs com bancos, contratos futuros de dólar norte-americano na BM&F e opções sobre contratos futuros de dólar norte-americano na BM&F.

II. Política de hedge de Boi

A política de hedge de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

1. Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a BM&F para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

2. Trava da Carne Vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da BM&F para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Quadro Demonstrativo das Posições em Derivativos

Os quadros demonstrativos das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaborados de forma a apresentar os contratados pela Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2010 e 2009, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Notas Explicativas

MINERVA S.A.

Proteção Patrimonial

Descrição	/ mil			Valor justo em R$ mil		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Moeda estrangeira						
Mini Dólar (dol x 0,10)	255	570	-	427	1.000	-
Outros						
BGI (arrobas)	83	157	-	8.312	11.960	-
Compromissos de venda						
Moeda estrangeira						
DOL (US$)	4.000	61.000	32.401	6.694	106.968	31.835
Mini Dólar (US$ x 0,10)	-	-	-	-	-	-
Outros						
BGI (arrobas)	-	-	-	6.557	-	6.351
Contratos de Opções						
Posição titular - Compra						
Moeda estrangeira						
DOL (US$)	-	30.000	5.000	-	892	-
Moeda nacional						
Indices						
Ações						
Outros						
BGI (arrobas)	990	66	-	3.283	257	-
Posição titular - Venda						
Moeda estrangeira						
DOL (US$)	85.000	-	20.000	2.141	-	363
Outros						
BGI (arrobas)	165	-	-	144	-	-
Posição lançadora - Compra						
Outros						
BGI (arrobas)	875	99	-	2.667	151	-
Posição lançadora - Venda						
Moeda estrangeira						
DOL (US$)	85.000	30.000	20.000	597	56	37
Outros						
BGI (arrobas)	1	-	-	1	-	-
Contratos de "swaps"						
Posição ativa						
Dólar + Juros Pós (dólar)	-	42.408	67.207	-	5.808	73.196
Reais + Taxas Pós (R$)	-	61.857	116.395	-	24.719	127.786
Outros						
Posição passiva						
Dólar + Juros Pré (dólar)	-	29.857	51.987	-	11.717	72.435
Reais + Taxas Pós (R$)	-	74.408	160.651	-	15.699	184.293
Contratos a termo						
Posição Comprada						
Moeda estrangeira						
NDF (dólar)	254.461	-	-	207.756	-	-
Posição Vendida						
Moeda estrangeira						
NDF (euro)	36.120	24.843	20.105	35.713	24.409	20.952

Notas Explicativas

MINERVA S.A.

Outras Finalidades

Descrição	/ mil			Valor justo em R$ mil		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Outros						
BGI (Notional em Arrobas)	34	-	-	3.363	-	-
CNI						
SOJ (sacas)						
DI 1 DIA (R$)	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda						
Moeda estrangeira						
DOL (US$)	-	5.000	-	-	8.768	-
Outros						
BGI (Notional em Arrobas)	-	-	-	-	-	-
Contratos de Opções						
Posição titular - Compra						
Moeda estrangeira						
DOL (nocional em US$)	-	-	-	-	-	-
Posição titular - Venda						
Moeda estrangeira						
DOL (nocional em US$)	15.000	-	-	378	-	-
Posição lançadora - Compra						
Moeda estrangeira						
DOL (nocional em US$)	-	-	-	-	-	-
Posição lançadora - Venda						
Moeda estrangeira						
DOL (nocional em US$)	15.000	-		105	-	-

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado.

Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- Contratos futuros negociados em bolsa: calculados de acordo com as cotações de mercado divulgadas pela BM&F.

- Contratos de opções: para aqueles contratos que têm negociação e cotação em bolsa, foram calculados de acordo com os valores divulgados pela BM&F (valor de cotação de mercado). Para os demais contratos de opções (bolsa sem liquidez), foram utilizados os modelos Black & Scholes (DI e Boi), Black 76 (Dólar) ou Garch (Pré e IDI), os quais consideram a volatilidade, o preço de exercício, a taxa de juros e o período de vencimento.

- Contratos de swap: estimados com base nas cotações de mercado de contratos similares e na atualização das variáveis que o compõem. A liquidação financeira efetiva dos contratos de swap ocorre somente nos respectivos vencimentos. A Companhia não tem a intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

- NDF *(Non Deliverable Forward)*: estimados com base na utilização das curvas de mercado de instrumentos similares, nas respectivas datas de apuração, trazidas ao seu valor presente.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações financeiras, baseados em "informações relevantes de mercado". Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Os valores nocionais ou de referência destes contratos não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009..

Os derivativos sofrem a liquidação dos ajustes financeiros diariamente na BM&F, exceto as operações de balcão (swap, opções e NDF) podendo ser os vencimentos para liquidação dos ajustes financeiros semanais, mensais ou trimestrais. Dessa forma, para esta modalidade, somente ajustes financeiros realizados e não liquidados estão contabilizados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 na rubrica "Adiantamentos de Tesouraria". As composições dos saldos a pagar/receber registrados nas demonstrações financeiras são as seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Instrumentos financeiros	**A receber (a pagar)**	**A receber (a pagar)**	**A receber (a pagar)**
Contratos futuros (D+1)	46	(67)	1.144
Contratos de Opções	-	-	-
Swap	-	-	14.558
Contrato a termo	-	-	6.008
Ações	-	-	-
	46	**(67)**	**21.710**

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, Swaps e Opções na BM&F – Bovespa estão contabilizadas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, nas rubricas "NDF a receber/pagar", "Swap" e "Opções a receber" consecutivamente.

Instrumentos financeiros derivativos	**31/12/2010 Marcação a Mercado**	**31/12/2009 Marcação a Mercado**	**01/01/2009 Marcação a Mercado**
Opções	2.575	1.306	(454)
Swap	-	3.160	(13.042)
NDF (EUR+DOL)	(18.913)	144	(6.008)
	(16.338)	**4.610**	**(19.504)**

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

b. Riscos de Taxas de Câmbio e de Taxa de Juros

Os riscos de variação cambial e de taxas de juros sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira, são administrados pela utilização de instrumentos financeiros derivativos, com base em contratos futuros negociados em bolsas, transações de troca de taxas (*swap)* e NDFs (*Non Deliverable Forwards)*, opções e demais instrumentos de bolsa.

No quadro a seguir, apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinada à proteção e administração do risco da exposição cambial:

	Consolidado		
	31.12.10		
	Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total
Ativo			
Caixa e bancos	349	7.918	8.267
Bancos conta movimento	50.906	92.682	143.588
Aplicações financeiras	309.432	115.177	424.609
Contas a receber	22.775	57.005	79.780
Total do circulante	383.462	272.782	-
Total ativo	383.462	272.782	656.244
Passivo			
Financiamentos de curto prazo	172.401	64.490	236.891
Total do circulante	172.401	64.490	236.891
Financiamentos de longo prazo	670.432	726.808	1.397.240
Total do não circulante	670.432	726.808	1.397.240
Total passivo	842.833	791.298	1.634.131
Dívida líquida financeira	459.371	518.516	977.887
Derivativos de proteção cambial - Posição Líquida	-	222.596	-
Posição cambial líquida	-	741.112	-

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (líquido)	Posição (ativa) passiva líquida em 31/12/2010	Posição (ativa) passiva líquida em 01/01/2009
Contratos futuros - DOL (Dólar)	4.255	(76.145)
Contratos de Opção - DOL (Dólar)	-	5.000
Contratos de "swaps" - (Dólar)		
NDF (dólar + EURO)	218.341	241.855
Total líquido	222.596	170.710

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e 2009 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) referem-se a pedidos de clientes aprovados e ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia realiza a proteção de ativos ou passivos financeiros de longo prazo sujeitos ao risco de variação cambial, principalmente do dólar norte-americano. Em 30 desetembro de 2010, a Companhia possuía PPEs (Pré-Pagamento de Exportação) e *Unsecured Senior Notes* vencíveis a longo prazo e sujeitos à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não apresentava mais operações de Swap relativas às operações de captação de recursos as quais foram liquidadas juntamente com suas operações.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2010:

Banco *Varias Instiuições*	***Moeda*** *EURO*	***Vencimento*** *(Tranches Periódicos)*	***Valor Justo*** *(82.366)*		
TIPO	POSIÇÃO	MOEDA	VENCIMENTO	VALOR JUSTO	INSTITUIÇÃO
NDF	COMPRA	EURO	10/2/2011	2.463.450,00	GOLDMAN SACHS GP
NDF	COMPRA	EURO	25/2/2011	228.590,00	BCO ITAU BBA S/A
NDF	COMPRA	EURO	28/1/2011	224.850,00	HSBC
NDF	VENDA	EURO	9/2/2011	(3.465.600,00)	CITIBANK
NDF	VENDA	EURO	9/3/2011	(2.310.400,00)	RABOBANK
NDF	VENDA	EURO	31/1/2011	(3.465.600,00)	RABOBANK
NDF	VENDA	EURO	10/1/2011	(4.066.304,00)	RABOBANK
NDF	VENDA	EURO	10/2/2011	(4.620.800,00)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	EURO	18/1/2011	(1.617.280,00)	BCO BRADESCO SA
NDF	VENDA	EURO	6/1/2011	(6.931.200,00)	BCO BRADESCO SA
NDF	VENDA	EURO	27/1/2011	(3.465.600,00)	RABOBANK
NDF	VENDA	EURO	28/2/2011	(4.620.800,00)	HSBC
NDF	VENDA	EURO	10/1/2011	(4.066.304,00)	RABOBANK
NDF	COMPRA	DÓLAR	1/7/2011	101.652.000,00	BCO PINE SA
NDF	COMPRA	DÓLAR	1/7/2011	84.710.000,00	GOLDMAN SACHS GP
NDF	COMPRA	DÓLAR	1/7/2011	25.413.000,00	BCO BRADESCO SA
NDF	COMPRA	DÓLAR	1/7/2011	33.884.000,00	GOLDMAN SACHS GP
NDF	COMPRA	DÓLAR	1/7/2011	16.942.000,00	GOLDMAN SACHS GP
NDF	COMPRA	DÓLAR	2/1/2012	19.483.300,00	GOLDMAN SACHS GP
NDF	COMPRA	DÓLAR	2/1/2012	9.318.100,00	BCO ITAU BBA S/A
NDF	COMPRA	DÓLAR	2/1/2012	9.318.100,00	BCO ITAU BBA S/A
NDF	COMPRA	DÓLAR	3/1/2011	50.826.000,00	BCO PINE SA
NDF	COMPRA	DÓLAR	31/12/2010	2.099.673,11	GOLDMAN SACHS GP
NDF	VENDA	DÓLAR	31/12/2010	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	3/1/2011	(50.826.000,00)	BCO BRADESCO SA
NDF	VENDA	DÓLAR	31/1/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	1/2/2011	(67.768.000,00)	GOLDMAN SACHS GP
NDF	VENDA	DÓLAR	28/2/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	31/3/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	29/4/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	31/5/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA
NDF	VENDA	DÓLAR	30/6/2011	(2.099.673,11)	BCO ITAU BBA S/A
NDF	VENDA	DÓLAR	29/7/2011	(2.099.673,11)	BCO ITAU BBA S/A
NDF	VENDA	DÓLAR	31/8/2011	(2.099.673,11)	GOLDMAN SACHS GP
NDF	VENDA	DÓLAR	30/9/2011	(2.099.673,11)	BCO PINE SA

c. Riscos de Créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizando com a pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

d. Riscos de Preços na Compra de Gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços.

Boi

Mercado Balcão	Valor Justo 31/12/2010
Contrato a Termo Comprado	
Valor Nocional (@)	82.830
Preço do Contrato a Futuro (R$/@)	91
Total R$/1000	7.518

Mercado BM&F	Valor Justo 31/12/2010
Contrato Futuro Vendido	
Valor Nocional (@)	82.830
Preço do Contrato a Futuro (R$/@)	100
Total R$/1000	8.312

e. Quadros Demonstrativos de Sensibilidade de Caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito, etc.)

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

1. Movimento de alta: caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2010;

2. Movimento de baixa: caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2010;

3. Cenário possível: impacto de 6%; Cenário provável: impacto de 12%, Cenário remoto: impacto de 18%.

Os quadros demonstrativos de sensibilidadede caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 550/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa. Vale ressaltar que tal modelo não leva em consideração as posições que sejam para hedge.

Proteção Patrimonial

Operação	Movimento	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Futuros	Baixa	BOI	(499)	(997)	(1.496)
Gado	Baixa	BOI	511	1.023	1.534
Net			13	25	38
Futuros	Alta	DOLAR	(376)	(752)	(1.128)
Invoices USD	Alta	DOLAR	530	1.061	1.591
Net			154	309	463
Opções	Alta	BOI	46	739	1.432
Gado	Alta	BOI	(299)	(898)	(253)
Net			(253)	(159)	1.179
Opções	Alta	DOLAR	(801)	(801)	(801)
Invoices USD	Alta	DOLAR	104	208	313
Net			(697)	(593)	(488)
NDF - Euro	Alta	Euro	(4.774)	(9.548)	(14.322)
Invoices Euro	Alta	Euro	1.570	3.140	4.710
Net			(3.204)	(6.408)	(9.612)
NDF - Dólar	Baixa	Dólar	(20.770)	(41.540)	(62.309)
Captação	Baixa	Dólar	24.716	49.431	74.147
Net			3.946	7.892	11.838

f. Margens de Garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2010, os valores depositados em margem representavam R$14.310 mil.

31 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Atendendo o disposto no CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações financeiras, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Lucro do exercício	22.898	72.900	22.898	72.900
Ajuste de avaliação patrimonial	(27.646)	(427)	(27.646)	(427)
Total do resultado abrangente	(4.748)	72.473	(4.748)	72.473

32 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	320.388
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	141.104

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	29.941
		491.433

Companhia e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

Em 2010 a Companhia adquiriu seguro patrimonial de edifícios para as fábricas localizadas em Palmeiras de Goiás (GO), Barretos (SP), José Bonifácio (SP), Bataiporã (MS) e Araguaina (TO).

33 -EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição do Frigorífico Pul no Uruguai

O Minerva celebrou em 18 de janeiro de 2011 uma "Promessa de Contratar Sujeita a Condições" estipulando as linhas gerais para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da PULSA S.A. (Frigorifico Pul), no Uruguai, detentora de uma unidade de abate e desossa localizada na província de Cerro Largo, próxima à capital Melo. A transação, quando finalizada, terá valor total aproximado de US$65.000 mil, incluídos os investimentos em modernização e expansão. Parte do pagamento da aquisição (cerca de US$14 milhões) deverá ser realizada através da emissão e transferência de 2.704.000 ações BEEF3 ao preço unitário de R$8,75. O Frigorífico Pul terá uma capacidade de abate total de 1.400 cabeças por dia, após conclusão de investimentos em curso. Está entre os três maiores do Uruguai, com um faturamento projetado para 2011 na faixa de US$125 milhões a US$145 milhões, sendo 85% das vendas direcionadas a exportação para mais de 40 mercados. Está localizado em uma região privilegiada do Uruguai, com acesso a um plantel de mais de 2 milhões de cabeças em um raio de 200 km de distância, em sua maioria Hereford e Angus. Possui certificações ISO 9000, ISO 22000, aprovação de carne orgânica para União Européia e Estados Unidos e permissão de uso do Selo USDA para os Estados Unidos.

Emissão do Programa de ADRs

Notas Explicativas
MINERVA S.A.

O Minerva aprovou, em 21 de fevereiro de 2011, o lançamento do Programa de *American Depositary Receipts – ADRs* Nivel I ("Programa de ADRs").Os objetivos do Minerva com o Programa de ADRs são aumentar a liquidez das ações do Minerva, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, acessar mais facilmente os investidores norte americanos, valorizar as ações da companhia e aumentar a visibilidade do Minerva no mundo.

* * *

INFORMADO NO COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA CONSOLIDADO.

MINERVA S/A
C.N.P.J./M.F. nº 67.620.377/0001-14
N.I.R.E. 35.210.766.939
Companhia Aberta

Orçamento de Capital para o Exercício Social de 2010

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, atualizada pela Lei nº. 10.303 de 31.10.2001, apresentamos o Orçamento de Capital para 2010, no valor de R$ 129.900 mil.

Tal orçamento compreende a destinação de recursos para investimentos em projetos de construção de novas fábricas e aquisição de novos negócios, com o objetivo de continuarmos nossa estratégia de modernização das unidades produtivas e expansão para localizações estratégicas dentro do nosso foco de negocio.

Os montantes a serem investidos são como seguem (em R$ mil):

1. Aquisição de novos negócios e unidades industriais.....62.000
2. Ampliação das unidades industriais.....29.800
3. Melhorias das unidades industriais.....38.100

Total.....129.900

Para a consecução dos projetos serão utilizados recursos provenientes da Retenção de Lucros, novos financiamentos e saldo de caixa:

1. Retenção dos Lucros (Art. 196), "Novos Investimentos e Modernização".....42.243
2. Novos financiamentos.....87.657

Total.....129.900

Outros projetos de investimentos serão analisados e individualmente submetidos a aprovações competentes caso a caso.

Edison Ticle de A. Melo e Souza Filho
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Conselheiros e Diretores da
Minerva S.A.
Barretos – SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Minerva S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minerva S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Minerva S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards BoarSB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
ÊNFASE
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Minerva S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.
OUTROS ASSUNTOS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas datado de 25 de março de 2009. O balanço patrimonial de abertura apresentado para posição financeira de 1º de janeiro de 2009 foi elaborado com base nas demonstrações financeiras de 2008 bem como, com os ajustes descritos na nota explicativa no. 5. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos os ajustes descritos na nota explicativa 5. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 1º de março de 2011

José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Barretos, 3 de março de 2011

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da MINERVA S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas nas demonstrações financeiras da MINERVA S.A., referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

_____
Fernando Galletti de Queiroz
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração

Barretos, 3 de março de 2011

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da MINERVA S.A., nós revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (BDO Auditores Independentes) relativo às demonstrações financeiras da MINERVA S.A., referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

_____
Fernando Galletti de Queiroz
Diretor Presidente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
4	As Demonstrações Financeiras foram convertido para os padrões IFRS.
5	Reclassificação de valores de tributos diferidos do curto para o longo prazo do Ativo
6	Aprimoramento das notas explicativas
7	Aprimoramento das notas explicativas